

PRECISAMOS FALAR SOBRE OUTRA ECONOMIA...

Grupo de Análise de Conjuntura da CNBB – Padre Thierry Linard¹.

1º de fevereiro de 2024, festa de Santa Brígida de Kildare².

As ideias dos economistas e dos filósofos políticos, tanto quando elas estão certas como quando estão erradas, são muito mais poderosas do que normalmente se imagina. Na verdade, o mundo é governado quase que exclusivamente por elas. Homens práticos, que se julgam imunes a quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista morto. Loucos pelo poder, que ouvem vozes no ar, estão destilando seu delírio conforme algum escrevinhador acadêmico do passado. Eu estou certo de que o poder dos interesses escusos é muito exagerado quando comparado a usurpação das ideias. (John M. Keynes).³

1. INTRODUÇÃO

Não há dúvidas de que houve um forte crescimento da economia e um gigantesco avanço do progresso técnico nos últimos cem anos. Qualquer pessoa que tivesse vivido até meados do século passado dificilmente poderia imaginar que a dinâmica da produção de bens e serviços e o desenvolvimento tecnológico alcançariam tal dimensão e tanto poder sobre o destino e o dia a dia das pessoas. Também, não há dúvidas

¹ Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros da Conferência, assessores, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina (MA), Frei Jorge Luiz Soares da Silva – assessor de relações institucionais e governamentais da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Izete Pengo Bagolin – PUC/Rio Grande do Sul, Maria Cecília Pilla – PUC/Paraná, Jackson Teixeira Bittencourt – PUC/Paraná, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Ricardo Ismael – PUC/Rio, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Ima Vieira – REPAM, Tânia Bacelar – UFPE, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, José Geraldo de Sousa Júnior – UnB e Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP). Nesta edição contamos com a colaboração de Eduardo Brasileiro, liderança da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC).

² A querida padroeira da Irlanda, com parte de seus restos mortais depositados na Igreja de São João Batista de Lisboa, na freguesia do Lumiar, é uma fonte de inspiração para os cristãos do constante apelo à misericórdia divina e à caridade para com os pobres. A festa ocorre em 1º de fevereiro, conforme informação do Vaticano. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/02/01.html>>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

³ KEYNES, John M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. Londres, Macmillan and Co., 1936, p. 383. Disponível em: <<https://ia601508.us.archive.org/11/items/in.ernet.dli.2015.50092/2015.50092.The-General-Theory-Of-Employment-Interest-And-Money.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. de 2023. A tradução é nossa.

de que, toda essa riqueza e que todo o progresso técnico disponível, não foram capazes de resolver problemas básicos da população ou construir um mundo melhor. A fome, a doença, a violência e a ignorância ainda estão presentes no cotidiano de milhões de seres humanos. O desafio, então, é perceber que todo essa riqueza e toda a tecnologia disponível não só não resolveram problemas fundamentais da humanidade como serviram para agravá-los, aumentar de forma brutal as desigualdades entre as pessoas e piorar as condições de vida no planeta⁴.

Dados estatísticos mostram que a economia mundial vem crescendo continuamente desde o fim da grande depressão dos anos 1930, mesmo com crises esporádicas, com apenas duas exceções: (a) em 2009, provocada pela crise do *subprime* nos Estados Unidos e (b) entre 2020 e 2022, provocada pela pandemia da COVID-19. Nos últimos sessenta anos o PIB mundial cresceu 8,2 vezes enquanto a população cresceu 2,6 vezes, o que permitiu um crescimento *per capita* de 3,1 vezes⁵.

No entanto, a renda gerada por essa produção não foi igualmente distribuída para a população e, ao contrário, está bastante concentrada. Segundo o Programa de Desenvolvimento da ONU, considerando cento e quatorze países, em mais de 42% deles o 1% mais rico da população detém mais de 15% de toda a renda gerada, sendo o Brasil um dos países com maior concentração⁶. Em outro estudo conduzido pelo Banco Mundial, para 143 países com mais de um milhão de habitantes, em 42% deles os 10% mais rico se apropriam de mais de 30% do total de rendimentos e o Brasil se posiciona

⁴ “...quis partilhar com todos vós, irmãs e irmãos do nosso maltratado planeta, a minha profunda preocupação pelo cuidado da nossa casa comum. Mas, com o passar do tempo, dou-me conta de que não estamos a reagir de modo satisfatório, pois este mundo que nos acolhe, está-se esboroando e talvez aproximando dum ponto de rutura. Independentemente desta possibilidade, não há dúvida que o impacto da mudança climática prejudicará cada vez mais a vida de muitas pessoas e famílias. Sentiremos os seus efeitos em termos de saúde, emprego, acesso aos recursos, habitação, migrações forçadas e noutros âmbitos”. FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Laudate Deum**. Vaticano, 2023, n.2. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html>.

Acesso em 27 dez. 2023.

⁵ GDP growth (anual %). **World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>. Acesso em: 28 de dez. de 2023.

⁶ 2023 Global Multidimensional Poverty Index (MPI). **United Nations Development Programme (UNDP)**. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/>>. Acesso em: 28 de dez. de 2023.

em 3º lugar entre os países com menor parcela do rendimento total recebido pelos mais pobres⁷.

Essa má distribuição da renda se reflete na forte diferenciação nos padrões de vida das populações de maneira que, enquanto milhões de pessoas enfrentam dificuldades muitas vezes intransponíveis para ter suas necessidades básicas de alimentação, saúde, educação, segurança, saneamento, moradia e emprego minimamente atendidas, uma quantidade bem menor de pessoas detém grande parte da riqueza e da propriedade.

A insegurança alimentar está aumentando no mundo, mesmo em alguns dos países mais desenvolvidos, situação agravada pela pandemia, situando-se hoje em nível superior ao observado em 2019⁸. Em todo o mundo quase 30% da população está sujeita a algum tipo de insegurança alimentar, sendo esse percentual muito mais grave na África (60,9%) e América Latina (37,5%).

Em relação aos demais direitos, conforme dados do Banco Mundial, apesar da alfabetização ser cada vez maior, 13,2% da população mundial ainda era analfabeta em 2020; 25,7% não tinham acesso a rede de água tratada e 8,6% a eletricidade. Em 2022, havia no mundo mais de 35 milhões de refugiados, seja decorrente de perseguição política, seja por conflitos armados e a taxa de assassinato e homicídio atingia 5,6 para cada cem mil habitantes no planeta, em 2019, sendo muito mais frequente entre as populações de baixa renda. Por fim, cerca de 5,8% da população com 15 anos ou mais não encontrava emprego de qualquer espécie em 2022, sendo que esse percentual subia para 15,6% entre os jovens com idade entre 15 e 24 anos.

⁷ Gini Index (World Bank estimates). **World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files**. Disponível em: <<https://genderdata.worldbank.org/indicators/si-pov-gini/>>. Acesso em: 28 de dez. de 2023.

⁸ The state of food security and nutrition in the world 2023. **Food and Agriculture Organization (FAO)**. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/CC3017EN/online/state-food-security-and-nutrition-2023/food-security-nutrition-indicators.html>>. Acesso em: 28 de dez. de 2023.

São dados como esses que levaram o Papa Francisco a afirmar que essa é uma economia que mata! E que é preciso dizer não a uma economia de exclusão e desigualdade!⁹

O economista Cristovam Buarque disse certa feita que, ao sobrevoar uma das grandes cidades da América Latina tinha a mesma sensação que alguns físicos descreveram, depois de sobrevoarem Hiroshima e Nagasaki¹⁰. Tal era o poder de destruição da sua ciência. Talvez esse desconforto se agravasse ao pensar que os físicos sobrevoaram para avaliar os efeitos da bomba e corrigir os rumos da ciência, enquanto muitos economistas, ainda hoje, sobrevoam a realidade como arautos de um modelo de crescimento e de modernidade que tende a potencializar ainda mais a destruição.

Basta transformarmos esse voo em uma caminhada pelas ruas de nossas cidades para constatar o verdadeiro desastre social e ecológico em que se encontram, resultantes de uma política econômica assentada em projetos megalomaniacos de certos grupos econômicos, em um sistema de dívida que consome grande parte dos recursos públicos e no descaso e no abandono das políticas sociais. Tudo em nome do “progresso” e da “modernidade”.

Outro economista, John K. Galbraith, escreveu que, em poucas coisas na vida, existe um hiato tão grande como entre uma declaração lacônica e antisséptica sobre a política econômica, por parte de um economista bem-falante, refestelado em seu tranquilo gabinete de trabalho, e o que acontece com o povo quando ela é posta em prática.¹¹ Nós pudemos ver isto de perto muitas vezes. O que em Brasília eram medidas para garantir a estabilidade da moeda ou o superávit fiscal, nas ruas de nossas cidades se transformaram em miséria, violência e desesperança. O que para uma grande corporação era uma opção estratégica ou um reposicionamento de mercado, nas casas de seus trabalhadores se transformou em desemprego, fome e depressão.

A palavra economia originou-se da palavra grega *oikonomía* que, por sua vez, é constituída pelas palavras *oikos* (casa) e *nomos* (lei) e poderia ser

⁹ FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: o anúncio do Evangelho no mundo atual. Vaticano, 2013, n. 92. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html#N%C3%A3o_a_uma_economia_da_exclus%C3%A3o>. Acesso em: 11 de dez. de 2023.

¹⁰ BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso**: o fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹¹ GALBRAITH, John K. **A era da incerteza**. São Paulo: Pioneira, 1998, p. 29.

traduzida como “a arte de bem administrar uma casa ou estabelecimento particular ou público”¹². Assim sendo, o que deveríamos perguntar é “o que está acontecendo com a nossa casa”? Por que nossa casa está tão mal administrada? E por que as pessoas estão sofrendo tanto por conta das questões econômicas?

As respostas para essas perguntas pressupõem o entendimento de três questões fundamentais que as precedem. Assim, a **primeira questão** que este texto pretende responder é se a crença de que o desenvolvimento pleno da humanidade vai decorrer do simples aumento geral da produção e da criação contínua de novos produtos para consumo das minorias abastadas, sem a construção dos mecanismos que garantam o acesso a produtos essenciais e a uma vida digna para a maioria da população, não passa de um grande mito, alimentado pelas principais teorias e pelo discurso econômico dominante.

Em seguida, a partir dos conceitos de “neoliberalismo” e “individualismo”, pretende-se mostrar como o modelo individualista, galgado sobre a égide da propriedade privada, produz a dissolução dos vínculos comunitários e a crise de todas as instituições que poderiam ser garantidoras da ordem do mundo, do ajustamento de sentido social, uma vez que os indivíduos perseguem metas cada vez mais alienadas de uma participação mais ampla, e se tornam incapazes de opções que coloquem em risco os seus benefícios pessoais. É a **segunda questão** que está como pano de fundo desta análise de conjuntura.

Esse processo tem relação direta com a dinâmica da acumulação capitalista que cria um padrão de oligopolização no qual poucas e gigantescas empresas comandam a geração da produção e da renda. A isto soma-se o processo de financeirização do capitalismo, no qual a esfera financeira passa a gerir parcela cada vez maior da riqueza, também comandado por poucos e poderosos grupos financeiros, que mobilizam os mercados de moedas, ações e títulos e nesse movimento conseguem capturar o Estado e colocar os recursos públicos a serviço de seus próprios interesses.

¹² CUNHA, Antonio G. da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007, p. 283.

O resultado não poderia ser outro: precarização, pobreza, desigualdade e exclusão. Não é por acaso que das 169 metas para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecidas pela ONU na Agenda 2030, no Brasil 102 metas estão em situação de retrocesso, 14 estão ameaçadas, 16 estão estagnadas em relação ao período anterior, 29 estão com progresso insuficiente e apenas 3 podem ser consideradas como tendo progresso satisfatório¹³. E isto não é muito diferente em outros países subdesenvolvidos. Pobreza, fome, insegurança alimentar, precarização do trabalho, desemprego, habitação precária, injustiça, violência, desigualdade, catástrofes ambientais, exclusão social e muitas outras mazelas hoje fazem parte do cotidiano de milhões de famílias no Brasil e no mundo. Isto em mundo cada vez mais rico. Essa é a economia que mata!

A substituição da lógica do direito pela lógica da mercadoria esgarça e atomiza o tecido social uma vez que o cidadão dá lugar ao consumidor, que deve ter suas necessidades fundamentais atendidas pelo consumo de mercadorias, ou seja, dentro das regras do mercado. Educação, saúde, segurança, moradia, transporte *etc.* são mercadorias, como outras quaisquer, que precisam ser compradas por aqueles que tem dinheiro a partir da lógica do lucro exercida pelos fornecedores de tais serviços. Sob a perspectiva do cidadão os direitos devem ser extensivos a todos. Sob a perspectiva do consumidor, apenas quem tem dinheiro tem direito a ter suas necessidades atendidas.

Resta, portanto, o questionamento de por que o Estado, diante desse quadro catastrófico, não é capaz de resolver ou mitigar os problemas vividos pela população? A resposta está no fato de que o Estado não é resultado de uma imposição divina ou de um contrato social firmado entre as classes, mas reflete a correlação das forças entre elas, na disputa pela hegemonia para a conquista de seus objetivos e realização dos seus interesses. Sob esse ponto de vista, as políticas públicas¹⁴ sociais recebem cada vez menos recursos¹⁵,

¹³ Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/>>. Acesso em: 28 de dez. de 2023.

¹⁴ Política pública aqui pode ser “entendida como o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo”. Cf. CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014, p. 22.

¹⁵ Não se pode afirmar que isto se dá de forma linear. Após a Constituição de 1988, com a retomada do regime democrático, houve uma tentativa de construção dos direitos sociais e a expansão da cidadania. “A política social

direitos são vistos como mercadorias a serem compradas. E o orçamento público acaba sendo apropriado por poderosos grupos no financiamento da acumulação de capital. O resultado não poderia ser outro: uma enorme concentração de riqueza nas mãos de uma pequena minoria privilegiada enquanto grande parte da população convive diariamente com a miséria e a fome. Aqui está a **terceira questão**, oferecida como um debate estrutural e como uma análise de conjuntura.

No Brasil os principais gastos sociais consomem um montante várias vezes inferior ao que se gasta com o serviço da dívida, mecanismo que permite que parte significativa dos recursos públicos seja transferida aos detentores de títulos fomentando o processo de financeirização da economia e a concentração da riqueza. Se considerarmos que o Brasil tem um modelo de arrecadação altamente regressivo, no qual a maior parte dos recursos advém de impostos que incidem sobre o consumo, e não sobre a riqueza e o patrimônio, temos um modelo que age como uma espécie de “Robin Hood” às avessas, tirando dos pobres para dar aos ricos.

Quando é capturado pelo poder econômico e financeiro, o Estado resulta impotente. Claro que há contradições e lutas sociais e políticas. Mas há uma tendência muito forte de impotência. A razão? A sangria dos recursos para sustentar a financeirização faz do equilíbrio das contas públicas, o ajuste fiscal e o superávit primário a prioridade dos governantes. Ao invés de políticas sociais o resultado é crise permanente e perda de direitos. A insatisfação de grande parte da população, decorrente desse processo, leva ao desgaste dos partidos tradicionais e ao favorecimento de candidaturas populistas, que se colocam como antagonistas ao sistema político e às instituições, colocando em risco a própria democracia. Ao mesmo tempo, há uma distorção na apropriação dos fundos públicos que deveriam estar a serviço das políticas públicas sociais.

Mas, diante da gravidade da situação não é suficiente criticar e denunciar as mazelas da “economia e o nosso modo de a conceber. A lógica do máximo lucro ao menor custo, disfarçada de racionalidade, progresso e promessas ilusórias, torna impossível qualquer preocupação sincera com a

brasileira, desenvolvida a partir da Constituição de 1988, realiza de maneira restrita, mas condizente, algumas dessas dotações para o desenvolvimento com justiça”, cf. DELGADO, G. C.; THEODORO, M. Desenvolvimento e Política Social. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 409.

casa comum e qualquer cuidado pela promoção dos descartados da sociedade. Nos últimos anos, podemos notar como às vezes os próprios pobres, confundidos e encantados perante as promessas de tantos falsos profetas, caem no engano dum mundo que não é construído para eles”¹⁶. Mais do que isto, é preciso mergulhar na realidade e desnudar o real, para encontrar e propor soluções que superem esse quadro e permita que sejam criadas outras relações sociais, políticas, culturais e religiosas para construir um novo pacto social.

É nesse sentido que o Papa Francisco propõe uma mobilização global para propor alternativas a esse modelo predatório que consome o planeta para o benefício de poucos e marginaliza os pobres e vulneráveis. Mais do que nunca, é preciso colocar alma na economia. É preciso superar a lógica individualista que busca o enriquecimento às custas dos outros e construir um novas relações baseadas em um humanismo solidário. É preciso reconstituir o território como espaço de cidadania ativa e estabelecer uma nova ecologia e uma nova economia baseadas na inovação, na solidariedade e na cooperação, de maneira que a macroeconomia seja reorientada para os investimentos ambiental e socialmente relevantes.

Por isto, mais do que nunca, nós precisamos falar de uma outra economia!

2. A ECONOMIA QUE MATA: O QUE ESTÁ ACONTECENDO COM A NOSSA CASA?

2.1. O mito do desenvolvimento econômico

Os graves e injustos problemas sociais que o mundo enfrenta hoje não são fruto do acaso ou do completo desconhecimento das consequências que os modelos de desenvolvimento econômico adotados trariam para a humanidade e para as diferentes formas de vida no planeta. Desde a sua origem, quando ainda era sinônimo de crescimento econômico, até os dias atuais, o foco central do desenvolvimento econômico está no aumento da

¹⁶ FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Laudate Deum**. Vaticano, 2023, n. 31. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html>. Acesso em: 11 de jan. de 2024.

produção de bens e serviços. Esse modelo tem se mantido como o principal, senão o único, caminho para melhorar o padrão de vida, reduzir as desigualdades, promover a justiça e fornecer as bases para solução dos principais problemas sociais. No entanto, a capacidade, a suficiência e os tipos de estratégias que são escolhidas para promover o crescimento econômico têm sido consistente e crescentemente questionadas.

Há pelo menos 50 anos, desde que Celso Furtado¹⁷ cunha o termo “mito do desenvolvimento” em 1974, em seu livro de mesmo nome, os brasileiros já foram alertados sobre os efeitos maléficos de um modelo de desenvolvimento vigente que pouco se modificou desde então.¹⁸

Nos tempos de hoje já está suficientemente claro que o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento contínuo da produção e do consumo e na criação de novos produtos e de novas necessidades para uma minoria de privilegiados, embora possa gerar aumento da renda média, amplia cada vez mais a distância entre o padrão de vida de uma minoria, rica, protegida e alimentada pela elevada concentração da renda e da riqueza, – em especial a financeira – em detrimento da garantia de acesso universal aos meios para uma subsistência digna de grande parte da população. Além de manter a hegemonia das grandes empresas e do consumismo dos ricos, esse modelo exerce pressão cada vez maior sobre os recursos não reprodutíveis provocando calamidades e ameaçando a vida na terra.

¹⁷ Furtado, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1973.

¹⁸ “O segundo tipo de pressão sobre os recursos é causado pelos efeitos diretos e indiretos da elevação do nível de consumo das populações e está estreitamente ligado à orientação geral do processo de desenvolvimento. O fato de que a renda se mantenha consideravelmente concentrada nos países de mais alto nível de vida agrava a pressão sobre os recursos, que gera, necessariamente, o processo de crescimento econômico. Também se pode afirmar que a crescente concentração da renda no centro do sistema, isto é, a ampliação do fosso que separa a periferia desse centro, constitui fatos adicional de aumento da pressão sobre os recursos não-reprodutíveis. Com efeito: se fosse mais bem distribuído no conjunto do sistema capitalista, o crescimento dependeria menos da introdução de novos produtos finais e mais da difusão do uso de produtos já conhecidos, o que significaria um mais baixo coeficiente de desperdício. A capitalização tende a ser tanto mais intensa quanto mais o crescimento esteja orientado para a introdução de novos produtos finais, vale dizer, para o encurtamento da vida útil de bens já incorporados ao patrimônio das pessoas e da coletividade” (Furtado, 1973 p. 69). “O aumento relativo do número de privilegiados nos países periféricos não impede, entretanto, que se mantenha e aprofunde o fosso que existe entre eles e a grande maioria da população de seus respectivos países. Com efeito: se observarmos o sistema capitalista em seu conjunto vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; e se observarmos em particular o conjunto dos países periféricos constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte” (Furtado, 1973 p. 73). Ref. Completa: Furtado, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1973.

Nesse sentido, abordagem do Desenvolvimento Humano, que se tornou conhecida na década de 1990¹⁹, tem como principal objetivo chamar atenção, de forma bastante contundente, para o fato de que o crescimento econômico é apenas um meio, não necessariamente único e suficiente, para se alcançar o desenvolvimento (econômico e social), e alerta para a necessidade de entender a economia deve estar a serviços das pessoas, e não se tornar um fim em si, para o qual as pessoas são sacrificadas e transformadas em objetos a serviço da acumulação. Tanto Malbub ul Haq²⁰ quanto Amartya Sen²¹ são enfáticos sobre a importância de colocar as pessoas como sujeitos e o objetivo central do desenvolvimento econômico (e social).

Em síntese, a crença de que o desenvolvimento pleno da humanidade decorre do simples do aumento geral da produção e da criação contínua de novos produtos para consumo das minorias abastadas, sem a construção dos mecanismos que garantam o acesso a produtos essenciais e a uma vida digna para a maioria da população é o grande mito que as principais teorias e o discurso econômico predominante alimentam.

2.2. Individualismo e neoliberalismo

Para falarmos da relação entre o “individualismo”, que se expressa como o traço mais expressivo da sociedade atual, e o “neoliberalismo”, como ideologia dominante no campo econômico em termos internacionais, é preciso resgatar o contato direto entre “liberalismo” e a ideia de “indivíduo”, como resultado de uma série de iniciativas experimentadas pela cultura ocidental na consolidação do que se tornou conhecido como “paradigma moderno”²².

Após séculos de identificação entre religião e política e manutenção de uma concepção teocêntrica de mundo, alguns movimentos transcorridos a partir do século XVI colaboraram na composição de uma nova visão de *mundo*. Participam disso os descobrimentos de novos continentes, a queda

¹⁹ Foi arquitetada durante os anos de 1980 e passou a ser conhecida a partir de 1990, com as publicações anuais dos relatórios de Desenvolvimento Humano e mensuração do desenvolvimento dos países com base no IDH.

²⁰ HAQ, Mahbub ul. **A cortina da pobreza: opções para o Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Nacional: 1978.

²¹ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²² Mais discussão sobre o tema disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/48914/48914_3.PDF>. Acesso em: 11 de jan. de 2024.

das monarquias absolutistas, as reformas e contrarreformas religiosas, e, sobretudo, o advento do *humanismo*, isto é, o protagonismo do ser humano na conquista e manutenção de seus próprios projetos, como referência primeira e última em todas as suas realizações.

Num tempo em que a religião era a principal força mantenedora da ordem no mundo, tanto no domínio da cultura, como da política, toda consideração a respeito do ser humano mantinha-se derivada de determinada concepção de Deus²³.

Com o desenvolvimento das ciências naturais, essa hegemonia vê-se progressivamente superada. Mas superada por outra forma de domínio absoluto, qual seja: o tão almejado *imperium hominum*, como se referiu o filósofo Francis Bacon²⁴. O desenvolvimento de um método traria como sua realização a possibilidade de, enfim, sermos como que “senhores e possuidores da natureza”, para nos valermos da famosa metáfora utilizada por René Descartes em 1637²⁵. Ocorre que, se de um ponto de vista gnosiológico a subjetividade humana passaria a ser o polo determinante das operações do saber, a garantia mais sólida de se atingir a verdade por detrás da natureza, tal aferição pôs em destaque a condição individual de cada consciência na construção de seu mundo, na organização de uma totalidade ordenada de sentidos e significados. Surge, dali em diante, uma nova concepção político-organizacional das sociedades que não mais validava o justo e o injusto, o correto e, até mesmo, o aceitável, a partir de alguma noção de coletividade (mesmo que na “coletividade da obra criada”), mas de direitos individuais reconhecidos, pelo correto uso da razão, nas chamadas *leis naturais*. O direito à paz e à vida, por exemplo, como reforçado pelo filósofo Thomas Hobbes²⁶. Mas também o direito à propriedade de si e, conseqüentemente, à

²³ O *Ens inconvictum fundamentum omnium*. Santo Tomás de Aquino, por exemplo, distingue muito claramente a condição substancial de Deus em relação ao modo de ser por participação dos demais seres criados. Ver a respeito: AQUINO, Tomás. **Ente e essência**, IV, § 5. Ver: Disponível em: <https://www.lusosofia.net/textos/aquino_tomas_de_ent_e_essencia.pdf>. Acesso em: 11 de jan. de 2024.

²⁴ BACON, Francis. **Novum Organum**, ver p. 73: Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4344026/mod_folder/content/0/francis_bacon_novum_organum.pdf>. Acesso em: 11 de jan. de 2024.

²⁵ Ver DESCARTES, René. **Discurso do Método**, II Parte. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/363690/mod_resource/content/1/DESCARTES_Discurso_do_m%C3%A9todo_Completo.pdf>. Acesso em: 11 de jan. de 2024.

²⁶ Ver HOBBS, Thomas. **O Leviatã**, Cap. XIV. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4883474/mod_resource/content/1/Leviata.pdf>. Acesso em: 11 de jan. de 2024.

propriedade sobre tudo em que esteja presente a força do trabalho – incluída a geração e acúmulo de riquezas imperecíveis como o ouro e a prata, para utilizarmos o exemplo de John Locke²⁷. Esse modelo político, que equipara a garantia da propriedade ao direito à vida, foi o que mais prosperou nas sociedades em processo de industrialização, ganhando cada vez maior alcance sobre os sistemas político e econômico e chegando aos nossos dias na plena identificação entre o neoliberalismo e o individualismo, faces equivalentes de uma mesma sociedade, distinguíveis apenas por critério analítico e/ou de exposição metodológica. Noutras palavras, podemos mesmo dizer: o individualismo é neoliberal – e vice-versa.

Isso só foi possível graças à junção de três forças basilares: (a) a legitimação de um determinado modelo político – a democracia ocidental – como condição à salvaguarda dos direitos individuais, tendo como base o direito à propriedade privada; (b) a conquista do espaço simbólico antes ocupado pelas tradições religiosas por parte de um ideal operativo de ciência como único caminho para a verdade; e (c) o advento e o uso dos novos artifícios tecnológicos em função do bem-estar social, substituindo a lógica de mundo do trabalho manufaturado e familiar que garantiu a continuidade da estrutura comunitária ao longo dos séculos anteriores. Note-se, por exemplo, que, no caso das primeiras repúblicas ocidentais, o direito ao voto sempre esteve condicionado ao volume de propriedade de cada eleitor potencial. Disso não se pode excluir o Brasil do último século, em que a noção de cidadania estava atrelada à de proprietário²⁸.

Ainda que, com o avanço das épocas, uma série de contribuições tenham sido oferecidas para amenizar tal fator de desigualdade, de um ponto de vista das mentalidades, ainda vivemos a legitimação do *ter* sobre o *ser*, cujo resultado é a existência de ao menos duas realidades sociais antagônicas, aquela em que vive 1% da população brasileira mais rica, e a outra em que se dispõe o restante da população do país, em especial a situada na base da pirâmide da riqueza e da renda.

²⁷ Ver LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**, Cap. V. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/locke-john-segundo-tratado-sobre-o-gov-civil.pdf>>. Acesso em: 11 de jan. de 2024.

²⁸ Cf. PORTO, Walter Costa. O voto censitário no Brasil. **Revista brasileira de estudos políticos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, n. 69/70, p. 91–104, jul./jan., 1989.

De modo especial quando vivenciamos, com cada vez maior celeridade, a dissolução dos vínculos comunitários e a crise de todas as instituições que antes eram garantidoras da ordem do mundo, do ajustamento de sentido social, os indivíduos perseguem metas cada vez mais alienadas de uma participação mais ampla, incapazes de opções que coloquem em risco os seus benefícios pessoais. O modelo individualista, galgado sob a égide da propriedade privada, representa, então, o maior construto da sociedade ocidental e, atualmente, também a conquista de outras regiões do planeta que até muito recentemente empenhavam-se por sustentar cosmovisões alternativas. Mais que isso, os que resistem, perecem, como se vê com grande parte das culturas indígenas da América Latina ou das sociedades de organização tradicional espalhadas pelo continente africano, pouco a pouco soterradas sob a onda do individualismo global. Ocorre que justamente na força da sociabilidade destacou-se o diferencial dos grupos humanos em seu movimento de resistência às intempéries da natureza, pelo que o caminho ora trilhado pode representar uma grande ameaça a toda a espécie e precisa ser contido. A isso se refere o Papa Francisco, em *Evangelii Gaudium* (n. 53), ao dizer que “essa economia mata”, “gera exclusão”, faz das pessoas objetos “descartáveis”²⁹.

2.3. A concentração das riquezas e da renda

No processo de avanço do capitalismo mundo a fora, a propriedade dos meios de produção foi se concentrando em uns poucos países e, dentro da grande maioria deles, nas mãos de poucos agentes econômicos. Neste ambiente onde operam as empresas que produzem e/ou comercializam mercadorias e serviços, os estudos sobre a dinâmica de seu funcionamento mostram que ela se dá favorecendo cada vez mais o movimento de concentração, o que vem gerando um padrão de oligopolização (no qual poucas empresas dominam o mercado), que nos tempos atuais se explicita em vários segmentos econômicos. No Brasil, a concentração se observa em

²⁹ FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: o anúncio do Evangelho no mundo atual. Vaticano, 2013, n. 53. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html#N%C3%A3o a uma economia da exclus%C3%A3o](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html#N%C3%A3o%20a%20uma%20economia%20da%20exclus%C3%A3o)>. Acesso em: 11 de dez. de 2023.

muitos setores e seu movimento está atrelado, de forma submissa, à dinâmica mundial.

A globalização é comandada pelos que concentram a geração da produção e da renda (resultantes do processo de produção de mercadorias) e da renda financeira (resultantes dos ativos financeiros) que geram este fluxo.

Nos tempos atuais, com a aceleração da passagem para a era digital, este movimento fica ainda mais evidente. Pouquíssimas megaempresas dominam o mercado de Tecnologia da informação (TI). Dentre elas se destacam a Microsoft, a Amazon, a Alphabet, a Tencent, o Facebook... A maioria é norte-americana e tem altíssimo valor de mercado (acima de US\$ 1 trilhão, no caso das três primeiras).

Mas, a partir das décadas finais do século XX, um outro movimento de impõem: o que os economistas chamam de “financeirização da riqueza”. Ele faz com que a riqueza se gere cada vez mais na esfera financeira da economia (ao invés de ser gerada predominantemente na esfera produtiva, como era no passado). Este processo é igualmente comandado por poucos agentes (grandes grupos financeiros) que mobilizam mercados como os de câmbio (troca de moedas, ainda sob a liderança do dólar americano), de ações (organizados nas Bolsas de Valores) ou os de títulos, públicos e privados (organizados pelos grandes agentes como Bancos, Fundos, entre outros). Isso impacta diretamente na geração e apropriação da renda.

A riqueza financeira é ainda mais concentrada que a do tecido produtivo e igualmente impulsiona o processo de globalização (neste caso, dos ativos e fluxos financeiros). Segundo Ladislau Dowbor³⁰,

“... o aprofundamento da desigualdade nas últimas décadas, no plano internacional, no interior dos países e nos espaços urbanos, está diretamente ligado à financeirização. Nesta era em que mais de 90% do dinheiro circula sob forma de sinais magnéticos, simples registros nos computadores, portanto dinheiro imaterial, controlado por inúmeros intermediários financeiros, generalizaram-se práticas especulativas. Sempre existiram, sem dúvida, mas adquiriram hoje dimensões radicalmente mais amplas. Hoje o 1% dos mais ricos tem mais riqueza acumulada do que os 99% seguintes. Essa desigualdade aberrante impactou todas as nossas atividades...”

³⁰ DOWBOR, Ladislau. *A Era do Capital Improdutivo*. São Paulo: Ed. Autonomia Literária, 2018.

O Brasil engatou neste movimento de financeirização em tempos de contas públicas deficitárias (década final do século XX), tendo o Estado brasileiro se emaranhado neste processo, permanecendo refém de seus credores. Isso, num país que é um dos líderes mundiais em padrões de concentração da renda.

2.4. Precarização, pobreza, desigualdade e exclusão

Durante a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que ocorreu em 2015, 193 países-membros da ONU, incluindo o Brasil, firmaram a resolução “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” que se materializou no estabelecimento de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que deveriam ser alcançados até 2030 pelos países signatários.

Segundo o Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil³¹, publicado em 2023, em nosso país, 102 metas estão em situação de retrocesso, 14 estão ameaçadas, 16 estão estagnadas em relação ao período anterior, 29 com progresso insuficiente e apenas 3 com progresso satisfatório³².

³¹ Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030) é uma coalizão que reúne 64 organizações não governamentais, movimentos sociais, fóruns, redes, universidades, fundações e federações brasileiras e que foi formalizada em 2015 a partir do encontro de organizações que acompanhavam as negociações que resultaram na resolução “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” firmada pelos 193 países-membros da ONU, incluindo o Brasil, durante a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, no mesmo ano. Somente no fim de 2023, no dia 19 de novembro, foi reinstalada a Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) da Agenda 2030 da ONU. Instituída no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, a CNODS constitui instrumento central no engajamento internacional do Brasil com o desenvolvimento sustentável e marca a integração do governo e da sociedade civil para o atingimento das metas. A comissão tem papel fundamental para auxiliar o país na implementação e monitoramento da Agenda 2030. Além disso, a sua reinstalação reforça o compromisso do Brasil com a Agenda 2030. Uma das inovações do Brasil ao retomar o compromisso com a Agenda 2030 foi a de adotar voluntariamente um 18º ODS, que promove a igualdade racial. A CNBB tem assento, após candidatura e aprovação, com sua representação, como membro titular da CNODS.

³² Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/10/rl_2023_webcompleto-v9.pdf>. Acesso em 24 jan. 2024.

Os resultados relativos ao objetivo de erradicação da pobreza (ODS 01) são lamentáveis. Das sete metas propostas, seis estão em situação de retrocesso e uma encontra-se ameaçada³³.

No que diz respeito ao objetivo de **acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável (ODS 02)**, o relatório destaca que o ano de 2022 marcou “a alta inflacionária, o desmonte de programas sociais, o retrocesso na legislação trabalhista, a alta do desemprego e as demandas de saúde nas famílias, agravadas pela má gestão da pandemia, resultaram na manutenção de um gravíssimo quadro de pobreza, fome e insegurança alimentar”³⁴. Aproximadamente 66 milhões de pessoas, 30,7% da população, apresentavam insegurança alimentar moderada ou grave em 2022³⁵.

O Relatório destaca ainda que “a fome impacta mais os domicílios rurais, as famílias nas quais a pessoa provedora de sustento está desempregada ou depende de trabalho informal, as mulheres negras (pretas e pardas) e a população do Norte e Nordeste. Ela atingiu 65% dos lares liderados por pessoas pretas e pardas e quatro de cada 10 famílias das regiões Norte e Nordeste sofreram algum grau de insegurança alimentar em 2022. No governo Bolsonaro, além dos impactos da pandemia, o desmonte de programas de segurança alimentar, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o orçamento insuficiente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram decisivos para levar o país de volta ao Mapa da Fome”³⁶. Os resultados dos avanços neste Objetivo também são lamentáveis: todas as metas apresentam retrocesso.

Com reação ao objetivo de reduzir a desigualdade (ODS 10) o Relatório afirma que as desigualdades socioeconômicas se ampliaram

³³ A tipologia para classificação das Metas é a seguinte: i) Retrocesso, ii) Ameaçada, iii) Estagnada, iv) Progresso insuficiente e v) Progresso satisfatório.

³⁴ Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/10/rl_2023_webcompleto-v9.pdf>. Acesso em 24 jan. 2024.

³⁵ O aumento na insegurança alimentar, em especial moderada e grave, são uma consequência, também, da redução de áreas de pequena propriedade rural, perda de áreas indígenas e comunidades tradicionais para o agronegócio de escala e a mineração predatória.

³⁶ Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/10/rl_2023_webcompleto-v9.pdf>. Acesso em 24 jan. 2024.

exponencialmente nos anos de 2020 e 2021, sendo os impactos mais agravantes nas mulheres e meninas, na população negra, nos povos indígenas e grupos historicamente mais vulneráveis, em especial nas regiões Norte e Nordeste. E mesmo com aquecimento no mercado de trabalho e o Auxílio Brasil em 2022, “não houve redução expressiva da desigualdade econômica e a população mais pobre continuou abandonada³⁷”.

O oitavo Objetivo do Desenvolvimento do Milênio (ODS8) é Trabalho Decente e Crescimento Sustentável e Inclusivo, e para tanto o Brasil se comprometeu em alcançar um crescimento econômico *per capita* anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030. Mas essa é somente a primeira das oito metas a serem alcançadas para que se cumpra esse ODS. Outras metas envolvem não somente crescimento econômico, mas produtividade por meio de modernização e inovação tecnológica; geração de emprego decente; incentivo à formalização e crescimento das micro, pequenas e médias empresas; dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental; pleno emprego para homens e mulheres; erradicação do trabalho análogo à escravidão; entre outras.

Segundo o Portal de Inspeção do Trabalho no Brasil³⁸, o ano de 2023 apresentou, até o mês de novembro, 1443 de trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão, um índice considerado alto.

A política econômica adotada, associada às crises política e sanitária abalaram a dinâmica da economia brasileira gerando um enorme desemprego. Em 2020 o total de desocupados em termos absolutos chegou a 14,6 milhões de pessoas³⁹. Ainda se encontram os reflexos dessas crises no mercado de trabalho, apesar de uma queda significativa nas taxas de desocupação com a recuperação em 2022 e 2023.

A precarização também avançou. Um exemplo é a expansão de 30% do contingente de pessoas classificadas em “Ocupação por Conta Própria” enquanto houve uma redução na quantidade de pessoas na categoria de Empregado (com carteira assinada) a partir de 2015.

³⁷ Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2023/10/rl_2023_webcompleto-v9.pdf>. Acesso em 24 jan. 2024.

³⁸ Disponível em: <<https://sit.trabalho.gov.br/radar/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

³⁹ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=37665&t=resultados>>. Acesso em 24 jan. 2024.

As instabilidades econômicas e políticas vividas pelo país nos últimos anos, muitas resultantes de orientações estratégicas das elites dirigentes, refletem diretamente nas condições de trabalho das pessoas em geral, especialmente no que diz respeito ao crescimento do desemprego e da informalidade. As mudanças na legislação trabalhista com a aprovação da Lei nº 13.467, de 13 julho de 2017, que alterou a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), colaboraram para tornar as condições de trabalho mais frágeis. A Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019, a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, colaborou para a diminuição do poder dos sindicatos e tudo isso pode ter tornado as relações entre trabalhadores(as) e patrões(oas) ainda mais delicadas. As terceirizações e a precariedade das condições de trabalho foram agravadas no período da pandemia de COVID-19 ficando ainda mais difícil manter ou encontrar empregos formais com carteira assinada.

3. A IMPORTÂNCIA DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1. A lógica da mercadoria e a lógica dos direitos: o mercado e a inviabilidade do atendimento das demandas sociais.

Uma das grandes questões que se coloca no mundo atual é tentar entender a razão de, apesar do mundo estar ficando cada vez mais rico, a tarefa de atender os direitos básicos dos seres humanos ainda parece tão distante de ser alcançado para parcelas significativas da população mundial.

A resposta à questão inicialmente colocada não é simples, mas certamente está associada à lógica do sistema capitalista de produção, dominante no mundo. O sistema capitalista transforma todos os produtos, sejam eles tangíveis (agropecuários ou manufaturados) ou intangíveis (serviços) em mercadorias a serem adquiridas pelas pessoas para satisfazer suas necessidades e assim, perseguir a sua missão de acumular continuamente o capital e, com isso, a princípio, poder produzir cada vez mais⁴⁰.

⁴⁰ GROSSI, P. K.; GASPAROTTO, G. P.; VIEIRA, M. S. **A mercantilização da política de educação: O processo de transformação de direito de mercadoria.** XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2014, Brasil.

O ponto central da questão é que em se tratando de direito, o acesso a ele não pode ser condicionado. Mas, na medida em que para atender a ele torna-se imprescindível adquirir o bem ou o serviço que o realizará, o direito deixa de existir e passa a se configurar como um desejo ou necessidade a ser satisfeita como qualquer outra. Os direitos fundamentais do homem são um conjunto de valores que qualifica e unifica a humanidade dentro dos princípios da igualdade. Seu reconhecimento, segundo Bobbio, permite a certeza histórica de que toda a humanidade compartilha dos mesmos valores universais⁴¹.

No entanto, se no atual sistema capitalista de produção, tudo deve ser mercantilizado, não há espaço para direitos, mas sim sua transformação em necessidades a serem satisfeitas por mercadoria – bens e serviços –, cujo acesso se dá por meio de sua aquisição lastreada na renda em operações mercantis.

Em sua fase neoliberal atual, a dinâmica capitalista é essencialmente individualista e pretensamente meritocrática, cabendo a cada um a função de atender a seus direitos, sendo considerado ele próprio o responsável pelo seu sucesso ou fracasso. No entanto, uma vez que não somos todos iguais, a defendida liberdade de busca individual do sucesso impede que se alcance a equidade e a justiça social. Importante salientar que o neoliberalismo advoga o princípio do estado mínimo, defendendo a substituição deste último por empresas privadas na oferta de bens e serviços à sociedade, mas o que se vem observando constantemente é que ao mesmo tempo defende ferrenhamente a atuação desse mesmo estado na proteção das empresas e, última instância, do capital, durante as crises econômicas recorrentes e naturais do sistema capitalista.

Dentro da lógica da acumulação capitalista atual, não há espaço para o empreendedor individual enxergar as inequidades geradas pelo sistema de produção e distribuição. Em um mundo em que a acumulação do capital muitas vezes nem precisa passar pelo processo de produção, reproduzindo-se na esfera financeira, o indivíduo, enquanto força de trabalho é colocado em segundo plano no processo de acumulação da riqueza, vendo sua capacidade de atender suas próprias necessidades cada vez mais ameaçada e restrita. Assim, o que originalmente é um direito básico do ser

⁴¹ BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus. 1992.

humano torna cada vez mais distante de ser atendido no sistema capitalista hegemônico pela esfera financeira e ancorado na concepção neoliberal, forçando a que o Estado – cujo financiamento é sempre questionado – seja responsável por atender os direitos de grandes parcelas da população mundial. No entanto, uma vez que deva ser mínimo, não encontra condições para executar adequadamente iniciativas que atendam às reivindicações sociais sem comprometer a própria sustentação do sistema privado de produção.

3.2. As políticas públicas e a construção do futuro

O debate sobre a produção de políticas públicas tem ganhado relevância na sociedade brasileira. Natural que seja assim. Embora o processo eleitoral tenha repercussão e mobilize o eleitorado, e a formação de uma maioria parlamentar no Congresso Nacional procure assegurar governabilidade e tenha influência na governança, as expectativas da população estão voltadas sobretudo para a implementação de políticas públicas que possam combater a pobreza e a desigualdade nas suas diferentes formas, fazer avançar os serviços sociais (saúde, educação, creches, moradia, saneamento básico, transporte, etc.) e enfrentar os problemas na área de segurança pública, além da promoção da geração de empregos. Para maioria das brasileiras e brasileiros a construção do futuro depende da dimensão e do êxito da ação governamental.

Existem três aspectos que poderiam ser destacados neste momento. Em primeiro lugar, é importante lembrar que o ciclo das políticas públicas envolve os seguintes estágios: (a) montagem da agenda; (b) formulação da política; (c) decisão política; (d) implementação; (e) e avaliação da política⁴². A etapa de formação da agenda envolve diferentes atores sociais, e diz respeito ao processo de como os problemas são percebidos pelo governo em foco. A rigor, ela começa a ser definida no transcorrer das eleições, mas ganhará impulso quando o governante define sua equipe e as ações

⁴² HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas** – uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, capítulos 1 e 3, 2013.

prioritárias. A participação da sociedade nesta fase – e o grau na qual se dá – faz diferença. A formulação da política pública envolve a burocracia governamental e, muitas vezes, especialistas no tema e o próprio público-alvo. Dificilmente haverá resultados satisfatórios sem bom diagnóstico da realidade e desenho institucional adequado.

A decisão política, do ponto de vista analítico, envolve outro estágio, no qual o governante irá avaliar as alternativas formuladas pelo corpo técnico, os benefícios sociais esperados, os custos financeiros e o apoio político. A etapa de implementação, por sua vez, ganha complexidade porque depende do recrutamento de bons gestores públicos, da presença de recursos humanos capacitados, e de burocratas que consigam interagir com a população beneficiária⁴³. A avaliação institucional ou de impacto da política pública mostra-se como imprescindível, para aferir os resultados alcançados e sugerir os ajustes necessários⁴⁴. Para isso o governo precisa se preparar, construindo um banco de dados e de informações confiável e reunindo profissionais especializados.

Nesses termos, as decisões em políticas públicas refletem a correlação de forças entre os diferentes grupos sociais e dos seus respectivos interesses, os mecanismos que possibilitam, ou não, que esses grupos controlem os processos decisivos no aparelho de Estado, as disputas por recursos públicos que envolvem as alocações orçamentárias e a capacidade técnica da burocracia estatal em implementar as medidas necessárias para o sucesso de tais políticas.

Em segundo lugar, deve ser ressaltado que a Constituição Federal de 1988 fortaleceu o federalismo cooperativo no Brasil, organizado em uma Federação Trina⁴⁵. Com relação à produção de políticas públicas, os constituintes fizeram uma clara opção pelo princípio das competências

⁴³ FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

⁴⁴ DRAIBE et alli. Programas de Renda Mínima para Famílias Carentes: Levantamento das Experiências e Metodologia de Avaliação. In: LOBATO, Ana Lúcia Martins(org.). **Garantia de Renda Mínima: ensaios e propostas**. Brasília, IPEA, 1998, pp.203-250.

⁴⁵ SOUZA, Celina. Desenho Constitucional, instituições federativas, e relações intergovernamentais no Brasil pós-1988. In: FLEURY, Sonia (organizadora), **Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, pp. 187-211; e ISMAEL, Ricardo; PEREIRA, Felipe Barboza. Federalismo Cooperativo em Crise: Embate entre o Governo Federal e os Estados Brasileiros na Pandemia do Covid-19. In: MONTEIRO, Geraldo Tadeu; COSTA, Frederico Lustosa da (orgs.). **O bolsonarismo no poder: rupturas institucionais e suas consequências**. Rio de Janeiro: Anagrama, 2022, pp. 103-117.

concorrentes, de tal forma que a responsabilidade pela provisão da maioria dos serviços sociais (saúde, educação, combate à pobreza, cultura, preservação ambiental etc.), é comum aos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal). Os artigos 23 e 24 da CF de 1988 revelam ânimo cooperativo, já que a atribuição de competências indica que os entes federados devem atuar em colaboração para buscar objetivos comuns, constitucionalmente estabelecidos.

Isto significa que a provisão de serviços sociais no país depende também de relações intergovernamentais cooperativas, o que implica, em muitos casos, dois grandes desafios. O primeiro refere-se às diferentes capacidades estatais dos governos subnacionais de implementar políticas públicas, dadas as desigualdades financeiras, de recursos humanos e de gestão existentes. A segunda é a ausência de mecanismos constitucionais ou institucionais que regulem as relações intergovernamentais e que estimulem a cooperação⁴⁶.

Um último aspecto merece ser rapidamente sublinhado. No mundo contemporâneo, e no Brasil com ainda mais razão, permanece a necessidade de políticas públicas que possam enfrentar as injustiças redistributivas. O Estado de Bem-estar e os serviços sociais associados, que avançaram na Europa Ocidental no pós-guerra durante século XX, foram pensados como remédios para tal objetivo, o que não aconteceu nos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil. Na atualidade, porém, sob a perspectiva neoliberal, reduziu-se significativamente o papel do Estado, principalmente em sua capacidade de articular e implementar políticas sociais enquanto parte substancial dos recursos públicos são orientados para fomentar a acumulação de capital e a ampliação dos lucros.

Sob esse ponto de vista, políticas sociais recebem cada vez menos recursos, os direitos passaram a ser vistos como mercadorias que devem ser obtidos pelas regras do livre mercado e de uma pretensa meritocracia. O resultado não poderia ser outro: uma enorme concentração de riqueza nas mãos de uma pequena minoria privilegiada enquanto grande parte da população convive diariamente com a miséria e a fome.

⁴⁶ SOUZA, Celina. Desenho Constitucional, instituições federativas, e relações intergovernamentais no Brasil pós-1988. In: FLEURY, Sonia (organizadora), **Democracia, Descentralização e Desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 187-211.

3.3. O Orçamento Público: quem paga e quem recebe?

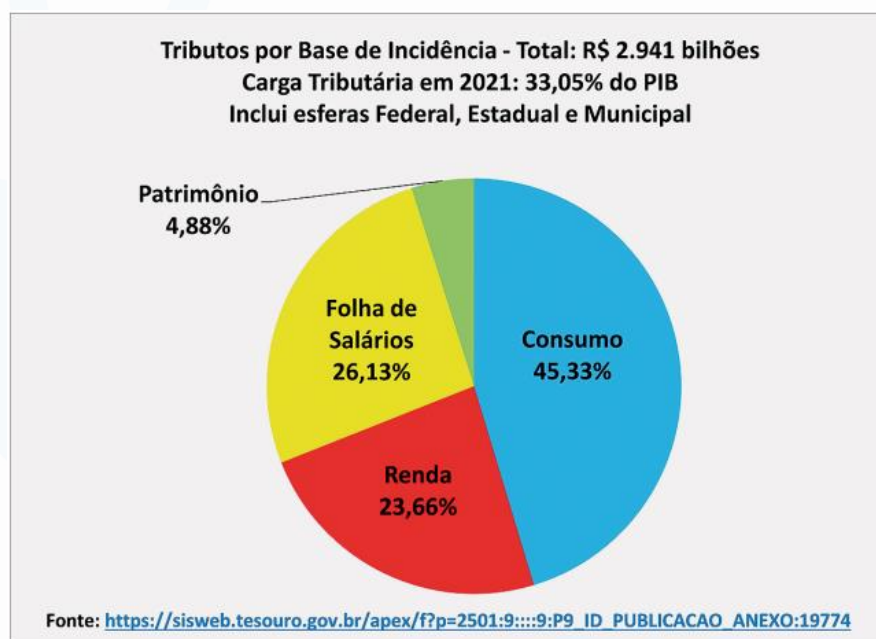
O Orçamento Público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados (impostos e outras receitas estimadas) e a destinação desses recursos (ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados) a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade. A União, cada estado e cada município elaboram anualmente seu orçamento. No Orçamento da União, é possível encontrar os valores que o Governo Federal pretende gastar com o seu funcionamento e na execução das políticas públicas, como as de saúde, educação e segurança. Somente as despesas ali previstas podem ser executadas. A Constituição Federal apresenta dois importantes documentos estabelecidos por lei: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Elas são iniciadas por proposta do Poder Executivo no ano anterior ao de sua vigência, apreciadas e aprovadas pelo Congresso Nacional, e sancionadas pelo Presidente da República para então passarem a valer.

A análise dos dados orçamentários de todas as esferas (federal, estaduais e municipais)⁴⁷ evidencia inaceitável distorção, tanto no financiamento dos orçamentos públicos, como na distribuição dos recursos orçamentários. A classe trabalhadora, os mais pobres e os pequenos negócios são os que mais financiam o Estado brasileiro. As grandes empresas e corporações empresariais (grande agronegócio de exportação, mineração, indústrias multinacionais) e financeiras (bancos) pouco contribuem para o financiamento do Estado, pois além de usufruírem de vários benefícios tributários e creditícios, repassam o ônus tributário para os preços de seus produtos e, quando atuadas, impetram as intermináveis ações judiciais para evitar o pagamento do tributo exigido.

Os orçamentos públicos de todas as esferas são alimentados principalmente por tributos, porém, a análise da natureza desses tributos

⁴⁷ Análise do Fluxo de Recursos na Esfera Pública: quem financia o Estado e quem se beneficia, realizado pelos grupos de trabalho do Observatório de Finanças da CBJP. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/analise-do-fluxo-de-recursos-na-esfera-publica-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

mostra, como retrata o gráfico seguinte, que a parcela mais relevante da arrecadação é referente a tributos que incidem sobre o consumo (45,33%), os quais pesam proporcionalmente mais sobre os mais pobres. Em seguida, temos os tributos que pesam sobre a sistemática de remuneração da classe trabalhadora (“Folha de Salários”, com 26,13%). Os tributos sobre a renda (23,66%) incluem tanto a renda de pessoas físicas como das empresas. Os impostos sobre o patrimônio (propriedades rurais, latifúndios, imóveis urbanos, veículos) contribuem com apenas 4,88% da arrecadação total. Trata-se de perfil distinto do observado em muitos países.



Além dos tributos, os orçamentos públicos são alimentados também por receitas financeiras. Na esfera federal, as receitas financeiras decorrem principalmente da emissão de títulos públicos, os quais têm sido integralmente consumidos no próprio Sistema da Dívida, como declarou o Tribunal de Contas da União em audiência pública no Senado Federal⁴⁸. No âmbito de estados

⁴⁸ Fala do representante do TCU à CAE/Senado. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>, fundamentada no Acórdão 1084/2018 - TCU: "O Tesouro Nacional também registra que não foram identificadas,

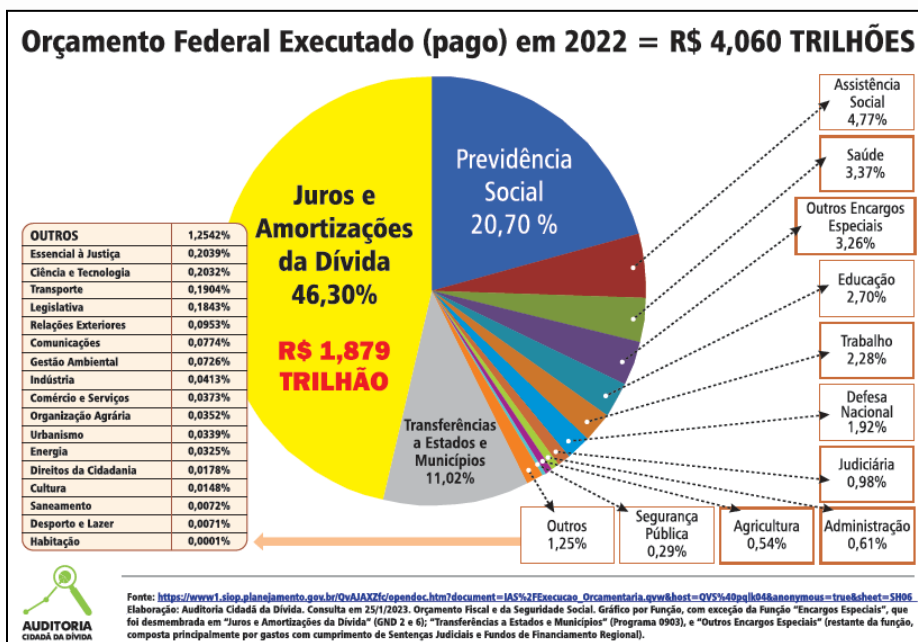
e municípios as receitas financeiras advêm de empréstimos e outras modalidades de operações de crédito, sendo relevante chamar atenção para a modalidade de “Securitização de Créditos Públicos” que, apesar de ilegal, tem sido implantada em diversos entes federados, e funciona como um “consignado de recursos públicos”, subtraindo e desviando o dinheiro arrecadado de contribuintes antes que este alcance os cofres públicos!⁴⁹

Os orçamentos públicos contam ainda com receitas patrimoniais (decorrentes de privatizações de patrimônio público) e comerciais (advindas da exploração de empresas estatais por exemplo).

Por sua vez, a análise da aplicação dos recursos orçamentários evidencia que, todo ano, o maior volume de recursos na esfera federal é consumido com o Sistema da Dívida e com os gastos advindos da política monetária do Banco Central, beneficiando principalmente bancos e grandes rentistas, sem contrapartida em investimentos públicos de interesse social.

no período inserido no escopo desta auditoria, despesas orçamentárias nos orçamentos fiscal e da seguridade social classificadas no grupo de despesa “4 - Investimentos” custeadas com recursos das fontes “43 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal” ou “44 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações”. Acesso em 24 jan. 2024. Acórdão disponível em <[https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo//NUMACORDAO%253A1084%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A1084%2520ANOACORDAO%253A2018/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse)>*

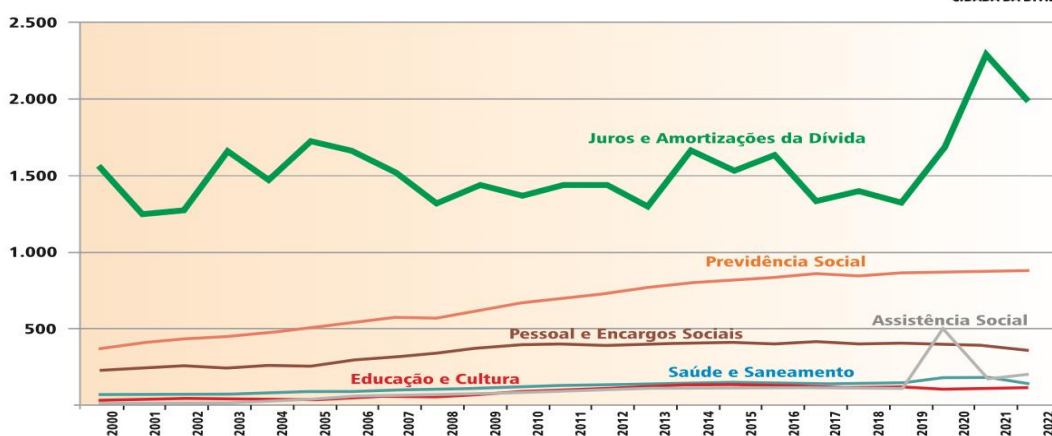
⁴⁹ Disponível em: <<https://auditoriacidade.org.br/conteudo/folheto-consignado-de-recursos-publicos>>. Acesso em 24 jan. 2024.



Os dados seguintes, atualizados pelo IPCA, mostram o privilégio do gasto financeiro ao longo dos últimos 22 (vinte e dois) anos, no Brasil, muito superior ao valor destinado às áreas mais importantes para a sociedade:

Governo Federal - Gastos Selecionados de 2000 a 2022

Em R\$ bilhões de 2023 - Valores atualizados pelo IPCA



Fontes: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QuAJAZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orçamentaria.qvw&host=QV5%40pqk04&anonymous=true&sheet=SH06
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19110
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:19106

Nota: A elevação dos gastos com Assistência Social em 2020 correspondeu ao pagamento do auxílio emergencial em decorrência da pandemia de Covid-19.

Todo sacrifício social e econômico que a sociedade brasileira tem feito ao longo das últimas décadas para pagar juros e amortização da dívida pública federal tem alimentado exclusivamente a própria dívida, que não tem contrapartida em investimentos para o país, como afirmou o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) em audiência pública no Senado, antes mencionada.

Apesar dos gastos com a dívida pública representarem a maior fatia dos gastos federais, esse gasto ficou fora do teto instituído pela Emenda Constitucional 95/2016, e, sob a mesma lógica, ficou também fora do teto do novo arcabouço fiscal (Lei complementar 200/2023). Isso ocorre porque o objetivo dessas drásticas restrições ao gasto público é “**guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público**”, como constou expressamente da exposição de motivos do projeto de lei do arcabouço fiscal (PLP 93/2023):

crescimento da receita. A ideia desses limites é evitar, no caso do patamar inferior, que a despesa tenha que ser reduzida nos períodos de recessão, quando a arrecadação diminui; e permitir, no caso do patamar superior, que o Governo consiga guardar recursos importantes para abatimento do endividamento público, nos momentos de crescimento mais forte da economia e da arrecadação. Agrega-se, assim, um importante elemento anticíclico ao arcabouço proposto.

04/2023 19:48:00:00

1.93/202

Além de manter limites para gastos com reduzida flexibilidade, a Lei complementar 200/2023 também exige a produção de Superávit Primário. A história já mostrou que produzir Superávit Primário não controla a trajetória da dívida pública, pois esta cresce devido aos juros elevadíssimos e demais mecanismos financeiros do Sistema da Dívida e da política monetária do Banco Central, e não por causa dos investimentos sociais e demais gastos primários: durante 20 anos, produzimos cerca de R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário, ou seja, arrecadamos R\$ 1 trilhão a mais do que gastamos com toda a estrutura do Estado e serviços públicos (1995 a 2015), e, no mesmo período, a dívida interna federal aumentou de R\$ 86 bilhões para quase R\$ 4 trilhões, e seguiu crescendo. De que adianta sacrificar os investimentos sociais se o grande causador do déficit nominal são os juros altos e demais mecanismos do Sistema da Dívida?

Conforme gráfico anterior, os principais gastos sociais selecionados consomem quantia várias vezes inferior à que é gasta com a dívida pública.

Apesar disso, todos os gastos sociais e com a manutenção da estrutura do Estado são submetidos a teto e graves restrições, enquanto a dívida pública conta com um dos juros mais elevados do mundo, sem teto ou limite e algum, o que mostra a injustiça existente também na distribuição dos recursos orçamentários.

3.4. Orçamento Público: como se decide para onde vai nosso dinheiro

A Constituição de 1988 introduziu o direito de deputados e senadores proporem emendas parlamentares durante a tramitação de projetos de lei elaborados pelo Poder Executivo, dentre os quais os projetos relativos aos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais. O objetivo era garantir ao Legislativo instrumentos que permitissem aperfeiçoar os projetos orçamentários do Executivo. Havia, contudo, restrições para a aprovação de tais emendas, que deveriam ser compatíveis com os planos plurianuais e com as leis de diretrizes orçamentárias, deveriam indicar os recursos necessários a partir da anulação de despesas (exceto dotação de despesas com pessoal, com o serviço da dívida e com transferências constitucionais a estados e municípios) ou que estejam relacionadas a correção de erros e omissões ou a dispositivos do texto dos projetos de lei.⁵⁰

Três emendas constitucionais vão alterar significativamente esse quadro, no sentido de aumentar o poder de parlamentares sobre a destinação de recursos orçamentários, prerrogativa constitucional do Executivo. A primeira delas, a Emenda Constitucional nº 86, de 2015, tornou obrigatória a execução de emendas parlamentares individuais, embora ainda admitisse o contingenciamento de verbas na mesma proporção aplicada às despesas discricionárias. A Emenda Constitucional nº 100, de 2019, amplia ainda mais o poder do Legislativo, tornando impositivas também as emendas de bancada de estados e do Distrito Federal eliminando também a não obrigatoriedade de execução em função de impedimentos de ordem técnica⁵¹.

⁵⁰ Constituição Federal, Art. 166. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 18 dez. 2023.

⁵¹ Ver a respeito: <<https://www.consultordoprefeito.org/single-post/2020/04/29/exemplos-de-e2-80-9cimpedimentos-de-ordem-t-c3-a9cnica-e2-80-9d-nas-emendas-impositivas.>>> Acesso em 18 dez. 2023.

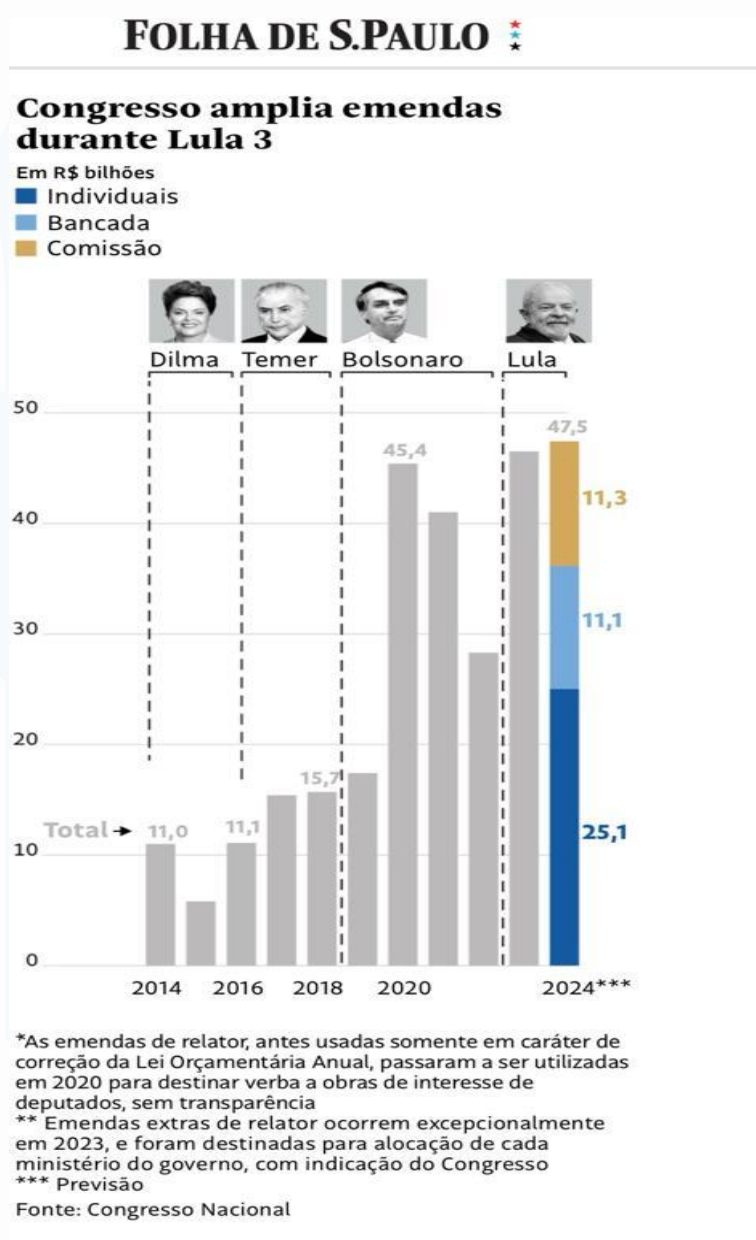
Já a Emenda Constitucional nº 105, também de 2019, autoriza a transferência direta de recursos de emendas parlamentares a estados, municípios e ao Distrito Federal, sem a necessidade de convênios ou outro instrumento congênere, via transferência especial, inclusive, sem destinação específica, ampliando ainda mais a ingerência do Legislativo sobre a distribuição de recursos orçamentários da União.

O quadro vai agravar-se quando da elaboração da Lei Orçamentária de 2020, o Governo Federal, pressionado politicamente, permite a transferência de R\$ 30 bilhões de recursos geridos pelos ministérios, para o atendimento de um outro tipo de emenda, a emenda do relator, até então utilizada para pequenas correções no orçamento. Diferentemente das emendas individuais, em que o parlamentar possui certa autonomia na destinação dos recursos, no caso das emendas do relator, um deputado centraliza as diferentes demandas e decide a destinação dos recursos. A falta de transparência nos critérios de decisão e operacionalização, fez com que esse processo passasse a ser conhecido como “orçamento secreto” e permitiu que a destinação de recursos orçamentários da União pudesse ser usado como moeda de troca para a negociação de apoios e alianças no Congresso Nacional e se tornou alvo de críticas e de inúmeras denúncias de corrupção e mau uso do dinheiro público.

Muito embora em dezembro de 2022 o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha definido como inconstitucional o “orçamento secreto”, exigindo que que os nomes dos parlamentares bem como destinação dos recursos relativos às emendas sejam explicitados, em paralelo o Congresso aprovou novas regras orçamentárias que garante significativo poder aos presidentes das duas casas e da Comissão Mista de Orçamento na destinação dos recursos públicos.

Atualmente há três tipos de emendas parlamentares: as individuais, as de bancadas e as de comissões. As duas primeiras são impositivas, de acordo com as regras. As de comissões, de autoria dos colegiados legislativos permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado, não são impositivas. Para 2024, havia a previsão original de R\$ 53 bilhões a serem canalizados para emendas parlamentares em geral, mais de R\$ 16 bilhões deles para as de comissão, montante que ultrapassa o dobro do valor destinado a essa rubrica no exercício financeiro de 2023. Em janeiro de 2024, o poder executivo, no exercício de suas atribuições, reduziu em mais de R\$ 5,6 bilhões as emendas

de comissões. Ao reduzir a expectativa dos parlamentares de ampliarem sua influência sobre o jogo orçamentário, o governo modificou, por consequência, os objetivos do Congresso Nacional, em um ano tipicamente eleitoral. Sobre o cronograma impositivo, elas precisarão ser empenhadas (reservadas) até o 1º semestre de 2024 e pagas até o fim do ano de 2024.



O quadro acima explica bem a evolução dos valores dessas emendas parlamentares, ao longo dos últimos 4 governos federais, em grande medida modificando a própria relação entre o Executivo e o Legislativo⁵². De um lado, elas são um instrumento que permite a deputados e senadores certo grau de influência no processo de elaboração e destinação do orçamento anual. Doutra, elas são instrumentos de construção de uma relação direta entre o parlamentar, sua base e a forma de fazer política no Brasil, que cria um modelo de troca de recursos entre o político e as "bases", muitas vezes com relações com interesses privatizados e não públicos. "Nesse processo orçamentário, em cujas fases se materializam as disputas pelos recursos públicos, as tensões dessa relação difícil expõem detalhes dessa guerra permanente. A participação do Poder Legislativo na elaboração das leis orçamentárias, por meio de emendas ao projeto encaminhado pelo Poder Executivo, e a posterior execução orçamentária desses recursos contemplados nos orçamentos pelas referidas emendas, há tempos vêm sendo um problema de difícil solução. A multiplicidade de atos que envolvem elevado grau de discricionariedade dos atores envolvidos, lacunas na legislação, somadas à ineficiência e descumprimento das normas existentes, sempre foram um campo aberto para práticas de corrupção"⁵³.

A priorização (e a imposição⁵⁴) dada às emendas parlamentares sobre as despesas discricionárias definidas pelo Executivo e, muitas vezes, em desacordo com políticas públicas, programas e projetos, sem qualquer crivo técnico, e sem que se tenha a devida transparência na tomada de decisões e na sua operacionalização, além de ferir o princípio constitucional das competências dos três poderes, abre um campo para negociações e negociatas com os recursos públicos constituindo uma espécie de "parlamentarismo orçamentário", com a exacerbação da atuação do

⁵² Cf. RESENDE, Thiago; HOLANDA, Mariana; AZEVEDO, Victoria. Veto de Lula mira emendas do centrão, e governo tenta evitar crise com o Congresso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 103, n. 34.6298, 20 jan. 2024.

⁵³ CONTI, José Maurício. **As emendas parlamentares, o 'orçamento secreto', a cooptação e corrupção na política**. Disponível em: <https://direito.usp.br/noticia/fa5e70e83422-as-emendas-parlamentares-o-orcamento-secreto-a-cooptacao-e-corrupcao-na-politica->. Acesso em 24 jan. 2024.

⁵⁴ Como não há uma norma constitucional que autorize tal cronograma impositivo até o fim do primeiro semestre no decreto de programação financeira, mas tão somente uma previsão na LDO/2024 vetada pelo Executivo, se o Congresso derrubar o veto do Executivo, como se promete para fevereiro de 2024, caberá ao STF a palavra final, tamanhas as suas repercussões fiscais e eleitorais nessa nova iminente rodada de tensões entre Executivo e Legislativo em matéria orçamentária. Para aprofundar a questão ver. PINTO. Élica Graziane. Regime de execução das emendas parlamentares em 2024 burla CF e LRF. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jan-23/regime-de-execucao-das-emendas-parlamentares-em-2024-burla-cf-e-lrf/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

Legislativo em questões que competem ao Executivo, sem a devida responsabilização que uma efetiva mudança de regime de governo lhe traria.

3.5. A captura do Estado pelo poder econômico e a lógica parlamentar

A captura do Estado pelo poder econômico se dá através de sua imensa influência, de tal forma que os principais eixos que sustentam o modelo atuem concentrando cada vez mais a propriedade e a renda, ao mesmo tempo em que geram escassez para a imensa maioria do povo brasileiro.

Esse *modus operandi* está presente no modelo tributário regressivo, na política monetária praticada pelo Banco Central, no Sistema da Dívida e no modelo de exploração extrativista – mineração e grande agronegócio voltado para exportação. Juntos, esses 4 eixos são os principais sustentáculos do modelo econômico que atua no Brasil, concentrando cada vez mais a renda, ao mesmo tempo em que agrava a desigualdade social, os danos ambientais, além de produzir crises que servem de justificativa para medidas (mais arrocho fiscal e contingenciamentos de investimentos sociais, privatizações, contrarreformas trabalhista, previdenciária, administrativa etc.) que agravam ainda mais as injustiças sociais e o atraso do país.

A “independência” do Banco Central em relação ao poder político eleito, a partir da aprovação da Lei complementar 179/2021⁵⁵, colocou a administração da moeda, do câmbio, dos juros, das reservas internacionais e de toda a política monetária do país, refém do setor financeiro privado. Logo que aprovada a sua “autonomia”, o Banco Central passou a elevar a taxa básica de juros (Selic), que saltou de 2 para 13,75% ao ano, travando o funcionamento da economia brasileira e aprofundando a crise econômica para o setor produtivo, ao mesmo tempo em que beneficiou o setor financeiro e demais detentores de títulos públicos, provocando a explosão do estoque da dívida pública. Apesar da lenta redução da Selic a partir de 2023, o gasto com juros e amortização da dívida segue elevadíssimo, devido aos juros sobre

⁵⁵ Votada virtualmente pelo Congresso Nacional em plena pandemia, sem uma audiência pública sequer e sem a oportunidade de mobilização, devido ao isolamento social, razão pela qual a ACD chegou a fazer interpelação extrajudicial a parlamentares. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/arthur-lira-recebe-interpelacao-extrajudicial/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

juros (compostos) e à atuação dos demais mecanismos financeiros que continuamente geram mais dívida⁵⁶.

O poder econômico tem aumentado o seu poder e controle sobre o Estado devido à transferência de setores estratégicos da economia privatizados ao longo das últimas décadas. Mais uma vez, a dívida pública elevada tem sido a justificativa para essas privatizações, que ao longo dos anos transferiram ao poder econômico privado o controle sobre os nossos minérios (Vale); energia (Eletrobras e diversas empresas estaduais); comunicações (todas as empresas de telefonia); siderurgia, transportes, portos, aeroportos, estradas etc., além de parte relevante de setores de serviços essenciais como saúde, educação, previdência, assistência e até segurança pública, uma vez que a gestão de presídios está também sendo privatizada.

Nos últimos anos as privatizações passaram a assumir a forma de PPP – parceria público-privada – incentivadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mediante garantias públicas que envolvem a vinculação⁵⁷ de receitas públicas ao pagamento prioritário dos rendimentos ao setor privado. Essa vinculação faz com que os recursos públicos sejam desviados durante o seu percurso pela rede bancária, antes de alcançar o orçamento público, e envolve o esquema de securitização⁵⁸. Dessa forma, o setor privado não corre risco algum com seu investimento e tem garantia estatal para o recebimento de elevados lucros, prioritariamente e fora dos controles orçamentários.

A captura do Estado pelo poder econômico está evidenciada também por meio da imposição de políticas de “ajuste fiscal”, o chamado “teto de gastos” sociais e metas de resultado primário, todos eles destinados a limitar e reduzir somente as despesas primárias (que abrangem as despesas de custeio e os investimentos relacionados ao funcionamento do Estado e os serviços públicos prestados à população), mas deixam sem limite, teto ou controle algum os gastos financeiros com a chamada dívida pública.

⁵⁶ Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Cartilha-Auditoria-da-Divida-Publica.pdf>>, item 4.1, pág. 10. Acesso em 24 jan. 2024.

⁵⁷ Disponível em: <<https://publications.iadb.org/pt/mitigacao-de-risco-para-projetos-de-parcerias-publico-privadas-no-brasil-estruturacao-de-garantias>>. Acesso em 24 jan. 2024.

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/opinioao/2023/10/sera-que-o-governo-vai-legalizar-o-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

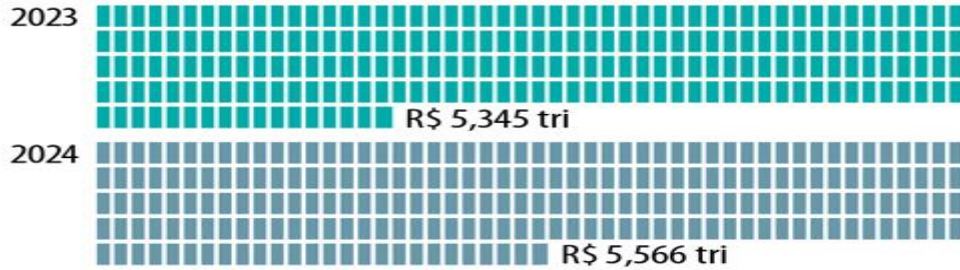
Esses instrumentos de “austeridade fiscal”, na verdade resultantes de uma opção modelo econômico, impedem a realização dos investimentos necessários ao funcionamento da máquina pública, prejudicando os serviços prestados à população e os servidores públicos, além de comprometer a estrutura de órgãos essenciais, muitas vezes submetidos ao sucateamento. Impedem também os investimentos necessários ao desenvolvimento socioeconômico, pois direcionam os recursos ao estéril pagamento dos juros e demais mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida.

Como se não bastasse para as relações políticas, diante do crescimento do Poder Legislativo, independentemente de quem esteja a ocupar a cadeira do Executivo, elas entraram em um novo estágio. A tão falada crise entre os poderes da República é o novo normal e tende a se apresentar com uma frequência cada vez maior. O Congresso ampliou os seus poderes nos últimos anos.

Os números não mentem. Em 2024, o Orçamento tem uma previsão de cerca de R\$ 200 bilhões a mais do que o autorizado no ano anterior, destinados ao pagamento de despesas no valor de R\$ 5,5 trilhões. Veja-se no quadro abaixo:

Números do Orçamento da União

Total de despesas previstas



Total de despesas, excluídos pagamentos de juros e transferências para estados e municípios



Ministérios com maior previsão de gastos no Orçamento. Maior parte das despesas é obrigatória

Ministério da Previdência Social



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Ministério da Cidadania em 2023)



Ministério da Saúde



Outros



Fonte: Orçamento de 2023 e projeto de lei orçamentária de 2024

Como a União tem a obrigação legal ou contratual de realizar de forma mandatória a maior partes das despesas (obrigatórias, v.g., o serviço da dívida, o pagamento de pessoal e encargos sociais e os benefícios da previdência social), a captura da fatia restante (despesas discricionárias,

como recursos para custeio e investimentos) do Orçamento Público é um embate que evidencia, de forma categórica, a disputa dos poderes pelo poder. E, como deve ser provável, o maior controle de deputados e senadores sobre os recursos orçamentários altera radicalmente o jogo da política no Brasil.

Rodrigo de Oliveira Faria alerta para o fato de que os parlamentares, ao terem maior facilidade para a aplicação de recursos em suas bases, os parlamentares ficaram menos dependentes do Executivo, e assim tornou-se muito mais difícil manter uma base estável no Congresso para governar⁵⁹. No mesmo sentido, há estudos que apontam para a hipótese de que nossas disputas orçamentárias, desde ainda o século passado, têm como fato gerador a disputa por dinheiro, mais que por votos⁶⁰. Sem uma modificação nas regras da disputa eleitoral e do sistema de financiamento de campanhas, a tendência é o agravamento do “dilema institucional brasileiro”⁶¹, para além de uma articulação política que evite crises permanentes e o um modelo de integridade republicana que reduza o tamanho de nossa corrupção. Essa é, dentre outros caminhos, o sentido da atual lógica do Parlamento brasileiro.

3.6. A descrença na política e o autoritarismo

Muitos estudiosos têm destacado o declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública no mundo contemporâneo. Alguns preferem trabalhar com a ideia de queda na confiança dos cidadãos em relação ao regime democrático⁶². Outros procuram apontar evidências de crises da

⁵⁹ FARIA, Rodrigo de Oliveira. **Emendas parlamentares e processo orçamentário no presidencialismo de coalizão**. São Paulo: Blucher, 2023.

⁶⁰ Cf. SAMUELS, David. Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil. **Journal of Politics**, 64 (3), Aug., 2002, pp. 845-863; BITTENCOURT, F. M. R. Controle parlamentar por meio do orçamento: a experiência brasileira com obras públicas. **E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, Brasil, v. 15, n. 37, p. 118–139, 2022. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/716>>. Acesso em 24 jan. 2024.

⁶¹ Cf. SAMUELS, David. **Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

⁶² Cf. MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.

democracia, e especulam sobre suas causas no plano econômico, político e social⁶³. As duas perspectivas analíticas, entretanto, concordam que não se trata de um fenômeno restrito aos países latino-americanos, pois também se apresenta nos países em que a cultura política democrática vem de longe, como nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Também parecem convergir na crença da necessidade de investigar tendências preocupantes, que estiveram presentes nas últimas décadas, e que não são de fácil reversão.

É importante, neste momento, sublinhar alguns aspectos que podem nos ajudar a entender as crises da democracia na atualidade, e que estão presentes de alguma maneira no caso brasileiro. No plano econômico, a ascensão do pensamento neoliberal no âmbito dos Estados Nacionais, a partir do último quarto do século XX, juntamente com o avanço da globalização, resultou em aumento da desigualdade de renda nos Estados Unidos⁶⁴ e na Europa Ocidental⁶⁵. Somado a isso temos o fortalecimento das chamadas sociedades informacionais, marcadas pela redução dos trabalhadores na indústria, enfraquecimento dos sindicatos e crescimento simultâneo dos níveis superior e inferior da estrutura ocupacional (dualidade social)⁶⁶.

No caso brasileiro, pode-se dizer que houve uma queda da desigualdade de renda no mercado de trabalho entre 1994 e 2015. Embora essa trajetória tenha poupado aquele segmento constituído pelo 1% mais rico, que “apropria-se hoje de 23% da renda total, na maior parte dos países esse percentual está entre 5% e 15%”⁶⁷. A recessão de 2015 e 2016 e a pandemia no início dos anos de 2020 agravaram o quadro de baixo crescimento econômico dos últimos anos, o que coloca grande desafio para o novo Governo Lula. Lembrando que a insatisfação com a democracia na população brasileira tende a ser maior “entre aqueles que percebem que a situação econômica do país é ruim, acreditam que sua renda é insuficiente e não se sentem protegidos pelas leis trabalhistas”⁶⁸.

⁶³ PRZEWORSKI, Adam; tradução Berilo Vargas. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

⁶⁴ REICH, Robert B. **Supercapitalismo: como o capitalismo tem transformado os negócios, a democracia e o cotidiano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

⁶⁵ PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p.457-561.

⁶⁶ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – Volume I**. 9ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006, capítulo 4.

⁶⁷ SOUZA, Pedro H.G. Ferreira. **Uma História de Desigualdade**. A Concentração de Renda entre os Ricos no Brasil 1926-2013. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 2018, p.372.

⁶⁸ MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010, p. 170.

No plano político e social, pode-se destacar duas tendências inéditas nos tempos atuais: (a) o desgaste dos sistemas partidários tradicionais e (b) a mudança na base social de apoio a movimentos de direita⁶⁹. Não é novidade que o processo político se organiza através dos partidos, que por sua vez formam um sistema partidário. Também é conhecido que sua baixa institucionalização propicia um comportamento eleitoral personalista, no qual o(a) eleitor(a) vota em pessoas, pouco valorizando a agremiação partidária e suas características programáticas e ideológicas⁷⁰. Terreno fértil para a emergência de lideranças populistas⁷¹. A novidade é que o populismo se apresenta hoje em países com sistema partidário consolidado, como os Estados Unidos. O Partido Republicano, por exemplo, foi capturado em 2016 e 2020 pela direita radical, representada pela candidatura de Donald Trump⁷². O candidato não procurava estimular a coesão partidária. Tratava-se de um projeto político amparado em ideias próprias, que ignorava o próprio partido político, e estabelecia relação direta com o eleitorado baseada, muitas vezes, em mentiras, manipulações e teorias da conspiração. Tal cenário, nos EUA, tende a se repetir nas eleições de 2024, em que Trump retorna à disputa.

No Brasil, especialmente no período de 1994 a 2014, o sistema partidário tradicional orbitava em torno de três partidos políticos. O PT e o PSDB polarizando a eleição presidencial, e o MDB, com grande expressão no Congresso Nacional, contribuía para assegurar a governabilidade. Esta configuração chegou ao fim nas eleições de 2018 e 2022. Uma nova polarização política se estabeleceu na disputa para presidência da República (PT x PSL em 2018 e PT x PL em 2022). O centro político fracassou na disputa presidencial. O PSDB e o MDB entraram em declínio. O PT sobreviveu ao processo de redefinição do sistema partidário, e ocupou novamente o governo federal, mas encontra mais dificuldades na formação de uma maioria no parlamento nacional.

Ainda no plano político e social, observa-se mudanças na composição social da direita nos países desenvolvidos. Alguns chamam atenção para o aumento da base proletária dos partidos de direita. No Estados Unidos, uma

⁶⁹ PRZEWORSKI, Adam; tradução Berilo Vargas. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020, p. 166.

⁷⁰ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

⁷¹ MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. XI, nº 2, Outubro, 2005, p. 249-286.

⁷² Idem, PRZEWORSKI (2020).

das causas da eleição de Trump em 2018, derrotando a candidata Hillary Clinton do Partido Democrata, foi atribuída ao discurso dirigido aos trabalhadores norte-americanos que perderam postos de trabalho com a globalização. Além disso, a direita tem atraído novos eleitores com o discurso contra os imigrantes⁷³.

A base social da direita radical que governou o Brasil de 2019 a 2022, e que se mobilizou nas eleições de 2018 e 2022, apresenta diferenças em relação àquela que existia antes do golpe militar de 1964. Ela atualmente reúne boa parte do eleitorado evangélico, segmento social que vem crescendo na redemocratização do país com uma pauta conservadora nos costumes. Recebe apoio do agronegócio, atividade econômica mais bem sucedida no contexto da globalização. E conta com inúmeros apoiadores entre os que atuam na segurança pública, área que tem recebido cada vez mais prioridade nos orçamentos estaduais. Há ainda um setor das classes médias, assentadas em um antipetismo, que se ampliou a partir dos escândalos de corrupção que marcaram a história brasileira, e que se deslocou para este campo político.

Nesse sentido, a perspectiva da ocupação dos espaços políticos, principalmente por setores mais ligados aos setores mais conservadores da política brasileira, muitos sob as capas das organizações de direita, outros a partir de sua presença nas redes sociais, aponta para cada vez mais uma presença numérica e de pautas associadas ao pensamento e à pauta política a partir do parlamento. Dito de outra forma, no momento, o crescimento dos poderes parlamentares, dentro da dinâmica institucional brasileira, é uma diluição dos projetos mais progressistas, mesmo que sejam retrato de nossa realidade eleitoral e de nossas fissuras democráticas.

A confiança da sociedade na política sofre influência de diferentes processos em curso no mundo contemporâneo. A democracia e as instituições políticas precisam ser capazes de processar antigas e novas demandas sociais, de acordo com a história e as características do sistema político de cada país. Isto é possível, especialmente quando prevalece o diálogo, a imaginação, a negociação e o interesse público.

Nesse quadro da relação entre a economia e a política é que parece cada vez mais importante dar a oportunidade do debate estrutural e

⁷³ Ibidem.

conjuntural, marca deste texto de abertura do ano de 2024, de incluir valores e perspectivas a partir de um horizonte ético, a partir de alguns temas, nem exclusivos, nem excludentes, mas fundamentais. É o que se destaca nos dois próximos tópicos do texto (itens 4 e 5).

4. REALMAR (REANIMAR) A ECONOMIA: A ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA

4.1. O Humanismo solidário e os laços comunitários

Falar de Humanismo solidário, implica, na esteira do Papa Francisco, admitir que não haverá futuro ao cristianismo fora da dimensão comunitária⁷⁴. Ocorre que, para além disso, não se trata de um tema restrito apenas ao mundo cristão. O problema é ainda mais grave. O modelo socioeconômico em atividade é um modelo de morte, pelo que, fora do resgate da dimensão comunitária, não há futuro renunciado à humanidade. Daí que todas as frentes de ação propostas pelo Papa recorram à dimensão comunitária. Por exemplo, no campo da Educação, Francisco propôs a retomada de um *pacto*, isto é, um acordo de cooperação estabelecido entre diferentes partes: família, escola, comunidade, sociedade.

Há uma metáfora utilizada pelo Papa, que chamou de *provérbio africano*: “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”⁷⁵. Também por ocasião do Sínodo Extraordinário da Amazônia, colocou-se em evidência a urgência de se descobrir novos modos de nos relacionarmos com o planeta e seus biomas, novas formas de política, uma política de vida para todos. Para isso, ressaltou-se a importância de se considerar os “povos da floresta” e suas tradições, como forma alternativa à cultura de destruição que persiste junto ao modelo societário ocidental⁷⁶.

⁷⁴ Há uma profunda reflexão sobre este paradigma na obra organizada pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos (NESP), da PUC Minas e da Arquidiocese de Belo Horizonte. Ver GUIMARÃES, Joaquim G.M.; SOUZA, Robson Sávio Reis; ALVES, Claudemir Francisco; PENZIM, Adriana Brandão (orgs.). **O novo humanismo: paradigmas civilizatórios para o século XXI a partir do papa Francisco**. São Paulo: Paulus, 2022.

⁷⁵ Disponível em: <<https://www.acidigital.com/noticia/55297/papa-francisco-fala-da-dimensao-comunitaria-na-educacao-das-criancas#:~:text=%22Para%20educar%20uma%20crian%C3%A7a%2C%20%C3%A9,Internacional%20de%20Religi%C3%B5es%20e%20Sociedades>>. Acesso em 24 jan. 2023.

⁷⁶ Disponível em: <<https://slowfoodbrasil.org.br/2023/08/escutar-os-povos-da-floresta/>>. Acesso em 24 jan. 2023.

Note-se, assim, que a ênfase na reconstrução da vida em comunidade perpassa todos os âmbitos da Igreja pretendida por Francisco, não como forma de fechamento sobre si mesma e garantia de sua continuidade, mas como um verdadeiro legado a todos os povos da terra, pelo que o diálogo entre nações, credos e ideologias mostra-se fundamental. Ao falar novamente de Humanismo, Francisco não quer que o confundamos com o primado do ser humano tal qual enunciado pela cultura moderna.

Para isso, sobrenomeia a expressão com um complemento sem o qual não adquire sentido completo: “Humanismo solidário”. Basta de fechamento à esfera individual, em que uns enriquecem às custas dos outros e que mantém um individualismo de manada! É preciso que nos abramos a outras formas de colaboração, garantindo que a vida se espalhe plenamente e alcance a todos, no horizonte de nossa grande Casa Comum, com expectativas mais otimistas sobre o futuro da humanidade. E, ainda que esteja em franco diálogo com todas as pessoas que tomam parte nos processos decisórios do presente, o diálogo de Francisco tem se estreitado de maneira particular com as gerações mais jovens. Não somente os atores futuros da política, da economia e da ciência, mas os agentes criativos do presente, que devem se unir aos esforços dos que já se concentram na descoberta de novos modelos, lançando a sua *novidade alvissareira*, num reforço de esperanças que se sustentam mutuamente. Prova disso é a forte adesão da juventude a expressões como o “Movimento Laudato Sí”⁷⁷, o prêmio “Uma Economia para a Fraternidade”, concedido a jovens promotores alternativas mais inclusivas para a dimensão econômica do globo, solidários e preocupados com preservação do meio ambiente⁷⁸, ou ainda o seu apoio às iniciativas que cuidam de territórios como a Amazônia, em especial com a presença da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) e da CEAMA (Conferência Eclesial da Amazônia).

4.2. Território e Ecologia integral

“Cremos que a territorialidade, entendida como o espaço de vivência concreta no cotidiano, tem um

⁷⁷ Disponível em: <<https://laudatosimovement.org/cop28/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

⁷⁸ Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2023-08/economia-de-francisco-concurso-podcast-musica-video-poesia-arte.html>>. Acesso em 24 jan. 2024.

*papel crucial na construção de novas práticas econômicas*⁷⁹

A territorialidade é uma estratégia acentuada pela Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC). Ela compreende que é o espaço de interações comunitárias, regionais, dos biomas, dos países latino-americanos e do sul global. Ao evocar uma territorialidade à economia, a Economia de Francisco e Clara assume perspectivas críticas em relação aos processos sócio-históricos que o neoliberalismo desterritorializa a experiência econômica⁸⁰, entregando-a aos mercados e ao que um dos expoentes da nova sociologia econômica chamou de “moinho satânico”⁸¹: a formação de uma sociedade que gira em torno de mercados e não dos próprios interesses consensuais das nações.

Haesbaert aponta essa simbiose entre os mercados e o sufocamento da territorialidade como a dominação sobre todo o ecossistema: “sob o neoliberalismo delega-se ao mercado, às grandes empresas capitalistas, a gestão, o controle e a exploração das riquezas do solo”⁸².

O esvaziamento do território como espaço de cidadania ativa⁸³ avançou para uma nova territorialidade consumista, competitiva e acumuladora. Sob o território, o neoliberalismo aprofundou um padrão de acumulação por espoliação⁸⁴ com características próprias, denominado neoextrativismo⁸⁵. O neoextrativismo reinventou o conhecido “Consenso de

⁷⁹ - Princípio 8: *Cremos nas Comunidades como Saída*, In BRASILEIRO, Eduardo (org.). **Realmar a Economia: a economia de Francisco e Clara**. São Paulo: Paulus, 2023, p. 318.

⁸⁰ HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires: CLACSO: 2021, p.173.

⁸¹ POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas de nossa época. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

⁸² HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires: CLACSO: 2021, p.183.

⁸³ BENEVIDES, Maria Victória. Cidadania ativa e democracia no Brasil. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 4, n. jan./jul. 2016, p. 21-31, 2016. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/wpcontent/uploads/sites/5/2015/05/REVISTA_PARLAMENTO_SOCIEDADE_2016_NUMERO6_WEB_20161005.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

⁸⁴ HARVEY, D. (2003). **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press.

⁸⁵ GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2019; e SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

Washington”⁸⁶, transformando-o em um “Consenso das Commodities”⁸⁷, garantindo a dependência econômica como forma de manutenção dos interesses de corporações globais. A exploração mineral e o agronegócio posicionam o Brasil em um cenário do território só entendido como espaço de negócios a serem explorados.

A visão de progresso estabeleceu uma racionalidade que dissocia o humano do meio ambiente. O conceito de “antropoceno” representa um novo período da história do Planeta, em que o ser humano se tornou a força impulsionadora da degradação geomorfológica. E, desde 2011, já há registros de pesquisas sobre um conceito defendido para designar este momento: o “capitaloceno”⁸⁸. Os pesquisadores concordam em afirmar que esta é a “Era do Capital” - “a era do capitalismo como uma ecologia-mundo de poder, capital e natureza”⁸⁹.

Apresentada ao mundo pela encíclica *Laudato Si'* (2015) e mais recentemente pela exortação Apostólica *Laudate Deum* (2023), ambas pelas mãos do Papa Francisco, o conceito de ecologia se expande mais que uma relação homem e natureza; é uma relação integral entre os seres⁹⁰,

⁸⁶ O Consenso de Washington refere-se a um conjunto de políticas econômicas que foram amplamente recomendadas para os países em desenvolvimento nas décadas de 1980 e 1990. Essas recomendações foram elaboradas por economistas internacionais, especialmente pelo economista britânico John Williamson, e visavam promover o desenvolvimento econômico a partir do neoliberalismo. As principais características do Consenso de Washington incluíam: 1) Disciplina fiscal; 2) Prioridade para gastos sociais; 3) Reformas tributárias; 4) Taxa de câmbio competitiva; 5) Liberalização financeira; 6) Liberalização comercial; 7) Desregulamentação; e, 8) Proteção dos direitos de propriedade.

⁸⁷ “A passagem do Consenso de Washington ao Consenso das Commodities instalou novas problemáticas e novos paradoxos que reconfiguraram inclusive o horizonte do pensamento crítico latino-americano (...) mostrando a consolidação de um modelo de apropriação e exploração dos bens comuns que avança sobre as populações a partir de uma lógica vertical (de cima para baixo), colocando em um grande atoleiro os avanços no campo da democracia participativa e inaugurando um novo ciclo de criminalização e violação dos direitos humanos”, cf. ob. cit., SVAMPA, 2019, p. 43.

⁸⁸ RUCCIO, David F. “**Antropocene – or How the World Was Remade by capitalism**”, 2011. Disponível em: <https://anticap.wordpress.com/2011/03/04/antropocene%E2%80%94or-how-the-world-was-remade-by-capitalism/>. Acesso em 24. jan. 2024; HARAWAY, Donna & KENNEY, Martha. *Antropocene, Capitalocene, Chthulucene: Donna Haraway in Conversation with Martha Kenney*. In: Davis, Heather & Turpin, Etienne (orgs). **Art in the Anthropocene**. Londres: Open Humanities Press, 2015; RAWORTH, Kate. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. São Paulo: Zahar, 2015; e MOORE, Jason. **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022.

⁸⁹ MOORE, Jason. **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Elefante, 2022, p. 21

⁹⁰ FRANCISCO, Papa. **Laudato Si': sobre o cuidado da Casa Comum**. Vaticano: Santa Sé, 2015, n.91. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html Acesso em: 31 out. 2023

construindo a conversão (transição) ecológica⁹¹, o que exige desenhar uma mudança histórica, por um novo contrato social. É a transição de uma concepção antropocêntrica para uma perspectiva sociobiocêntrica⁹². A transição ecológica começa com o reconhecimento de que a humanidade não é uma comunidade de seres individualistas e competitivos. Portanto, a transição ecológica traz à luz dos desafios das organizações populares uma nova consciência econômica sob o parâmetro de que a transição deve ser assentada nos interesses coletivos de justiça socioecológica⁹³.

A Economia de Francisco e Clara por meio de documentos e suas práticas de um movimento que começa a se construir no território brasileiro tem preconizado a valorização do território e da ecologia. Ambos, são para os articuladores deste pacto no Brasil, por meio de núcleos territoriais, um espaço de retomada. Retomada do encontro, da vizinhança e da construção coletiva. Muito interpretado como espaço concreto de realização das novas economias. E o Papa Francisco, em seus discursos para a *Economy of Francesco*, não deixa de reconhecer o ineditismo de tais propostas e os desafios para sua implementação:

“Sei que não é imediato inserir seus esforços e compartilhar seus sonhos dentro de suas Igrejas e entre as realidades econômicas dos territórios que habitam. A realidade parece já configurada, muitas vezes tão impermeável quanto o solo em que não choveu por muito tempo. Não lhes falte paciência e desenvoltura para se tornarem conhecidos e estabelecerem conexões gradualmente mais estáveis e frutíferas.”⁹⁴

⁹¹ FRANCISCO, Papa. **Laudato Si': sobre o cuidado da Casa Comum**. Vaticano: Santa Sé, 2015, n.216-221. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html Acesso em: 31 out. 2023

⁹² GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

⁹³ Denomina-se *Socioecologia* o campo de estudo que combina elementos da ecologia e da sociologia para entender as interações entre os organismos e seu ambiente, considerando também os aspectos sociais e comportamentais das populações. Ela busca compreender como os fatores sociais e ecológicos influenciam mutuamente uns aos outros. Uma referência é “Human Behavioral Ecology” de Robert Lee Sear.

⁹⁴ FRANCISCO, Papa. **IV Encontro anual da Economia de Francisco**. Assis, 06 de outubro de 2023– tradução livre.

O território e a ecologia, portanto, concretizam a espacialidade onde ocorre uma nova cultura do cuidado⁹⁵. E, como afirma o Papa Francisco “a realidade é sempre superior à ideia: fiquem atentos a isso”⁹⁶. Escutar, acolher, reelaborar a realidade e promover iniciativas econômicas de solidariedade, são as perspectivas pelas quais o Papa Francisco tem provocado a humanidade.

4.3. Economias Populares, Ecológicas e de transição do modo de produzir e ser

O chamado do Papa Francisco tem propalado a ideia de uma nova economia. A busca por uma nova hegemonia econômica superando a lógica do descarté⁹⁷ denunciada por Francisco, encontra na visão poliédrica⁹⁸ uma nova interpretação: não existe um modelo. O que existe é muita expressão das cidadanias em movimento; cidadanias ativas, em seus territórios de vida, consolidando ecologias (modos de bem viver e conviver).

Portanto, trata-se de novas economias que priorizam, em cada realidade, a vida, o cuidado da criação, sem excluir, nem depredar, nem criar distâncias, mas se colocando em aproximar as distâncias⁹⁹. Essas dimensões presentes no discurso do Papa Francisco não são ideais idílicos de uma nova humanidade. São amparadas por conhecimentos, práticas e reflexões já emergentes na realidade contemporânea que podem ser reconhecidas como economias populares. O acento “popular” é o ponto de partida, dada a centralidade dos encontros mundiais dos movimentos populares com o

⁹⁵ FRANCISCO, Papa. **Laudato Si’**: sobre o cuidado da Casa Comum. Vaticano: Santa Sé, 2015, n. 231. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html>. Acesso em: 31 out. 2023

⁹⁶ Cf. BRASILEIRO, 2023, p.301.

⁹⁷ FRANCISCO, Papa. **Fratelli Tutti**: Fraternidade e Amizade Social. Vaticano: Santa Sé, 2020, n. 18-21. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_encyclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 31 out. 2023.

⁹⁸ FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: o anúncio do Evangelho no mundo atual. Vaticano: Santa Sé, 2013, n.236. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 31 out. 2023

⁹⁹ FRANCISCO, Papa. **Carta Convite “Economia de Francisco”**. Roma, 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-imprenditori.html. Acesso em: 31 out. 2023

Papa Francisco¹⁰⁰. Os *poetas sociais*¹⁰¹ possuem uma nova visão e forma arquitetônica de refletir a realidade que nega o realismo capitalista¹⁰² por uma proposição fraternal ecológica.

As economias populares que a Economia de Francisco e Clara propaga são muitas. Tratam de ressaltar a importância da economia popular e solidária¹⁰³, das economias populares (organizadas pelo povo como alternativa ao avanço do paradigma tecnocrático) e que possuem uma participação importante das populações das periferias, como modos de sobrevivência, sobretudo das mulheres, principais vítimas das violências financeiras¹⁰⁴. As economias populares reivindicam o lugar do povo e dos biomas por meio de formas colaborativas que constroem a soberania econômica.

“Essas formas colaborativas de produzir nos remetem a novas formas de economia. Economias no plural. A circular, a do cuidado, a camponesa, a familiar, a das mulheres, a da festa comunitária, a economia da comunhão. As economias digitais, do trabalho e dos conhecimentos livres. Economias solidárias e populares, criativas, colaborativas. Assim entendemos que tem que ser a base para a Economia de Clara e Francisco”¹⁰⁵.

A lógica de produção econômica popular, territorial e ecológica anuncia uma forma educativa de inserir na reflexão das comunidades de que há formas econômicas solidárias, cooperativas e de compartilhamento de

¹⁰⁰ Ver mais no livro, “Papa Francisco com os movimentos populares” (Paulinas, 2018).

¹⁰¹ FRANCISCO, 2021.

¹⁰² FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Elefante, 2020

¹⁰³ SINGER, Paul. **Economia Solidária**: Uma Alternativa ao Capitalismo. São Paulo: Contexto, 2002.

¹⁰⁴ Gago (2020) aborda quatro situações de violência dentro do neoliberalismo: (1) a violência que é consequência do enfraquecimento do patriarcado do trabalho, ou seja, a crise do papel do homem como provedor do lar e como resultado também há o processo inverso de hierarquização do papel masculino no mercado de trabalho; (2) novas violências que surgem em bairros populares para servir de autoridade principalmente por causa do aumento de economia ilegais as quais surgem como novas formas de se prover recursos; (3) transnacionais que roubam a autonomia material de outras economias através do saqueio e espoliação de terras e recursos comuns, além da ampliação do conceito de extrativismo para assim aplicá-lo em contextos urbanos também; (4) novas formas de exploração através da financeirização da vida social, dando enfoque no dispositivo da dívida, que é o que todas essas formas possuem em comum. Ver em GAGO, Verônica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo, Elefante: 2020.

¹⁰⁵ Cf. BRASILEIRO, 2023, p. 308.

saberes e experiências que resgatam a comunidade¹⁰⁶, a esperança¹⁰⁷ e a experiência do Evangelho¹⁰⁸. Não se trata de uma redução da economia ao micro, mas uma reorientação política dos interesses comuns, em que a macroeconomia deverá produzir investimentos que dinamizem as micro realidades de modo a possibilitar a inovação, a cooperação e um outro modelo econômico¹⁰⁹.

4.4. A igualdade para promover a diversidade

Segundo o boletim Desigualdades nas Metrôpoles¹¹⁰ publicado em abril de 2023, pela PUC-Rio Grande do Sul, a desigualdade de renda nas regiões metropolitanas brasileiras aumentou em 2022, com relação a 2019. Segundo esta pesquisa, os brasileiros 10% mais ricos terminaram o ano de 2022 ganhando 31 vezes o salário dos mais pobres das regiões metropolitanas do Brasil. Tendo como base os dados do Imposto de Renda de Pessoa Física, o Mapa da Riqueza¹¹¹, resultado de um estudo realizado por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, demonstra a desigualdade de renda no país, por exemplo, entre regiões do Brasil, onde o Maranhão tem a menor declaração de patrimônio por habitante (R\$ 6,3 mil), enquanto o Distrito Federal tem a maior (R\$ 95 mil). O mapa mostra também a renda média da população por capital (ano base 2020), que Florianópolis possui uma renda média (R\$ 4.214,67), mais de 3 vezes maior do que Rio Branco no Acre (R\$ 1.063, 89).

¹⁰⁶ FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: o anúncio do Evangelho no mundo atual. Vaticano: Santa Sé, 2013, n.92. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 31 out. 2023

¹⁰⁷ FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: o anúncio do Evangelho no mundo atual. Vaticano: Santa Sé, 2013, n. 86. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 31 out. 2023

¹⁰⁸ FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**: o anúncio do Evangelho no mundo atual. Vaticano: Santa Sé, 2013, n. 97. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 31 out. 2023

¹⁰⁹ Adota-se aqui a visão de que não se trata de um desenvolvimento ou um novo desenvolvimento, mas uma nova visão sobre a produção de modelos econômicos.

¹¹⁰ Disponível em: <<https://www.pucrs.br/datasocial/boletim-desigualdades-nas-metropoles/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

¹¹¹ Disponível em: <<https://cps.fgv.br/riqueza/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

facilmente à desigualdade, aquilo que foge ao padrão normatizado daquilo que é característico do “civilizado” ditado pela metrópole, desqualifica e impõe a desigualdade. Mas a diversidade não se resume ao ser diferente, mas é ampliado e ressignificado a partir das identidades. Compreender a diversidade é meio caminho para a inclusão.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o princípio legal da igualdade, ou seja, todos são iguais sem distinção de qualquer natureza, e a nossa estrutura social revela a diversidade cultural, de gênero, de raça, de renda. Numa sociedade plural como a brasileira é preciso pensar em mecanismos que, além dos dispositivos jurídicos, propiciem o direito à diversidade, ao ser diferente, mas sem ser desigual. São cada vez mais necessárias a adoção de políticas públicas que enfrentem os problemas estruturais da desigualdade e que proporcionem oportunidades iguais na diversidade.

4.5. O trabalho digno e uma nova identidade

Conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho digno ou decente, é composto de alguns elementos: “oportunidades para realizar um trabalho produtivo com uma remuneração justa; segurança no local de trabalho e proteção social para as famílias; melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social; liberdade para expressar as suas preocupações; organização e participação nas decisões que afetam as suas vidas; e igualdade de oportunidades e de tratamento.”¹¹⁵

Trabalho produtivo e decente são elementos fundamentais para enfrentar as desigualdades.

Em busca de encontrar estratégias para garantia de condições dignas de trabalho, os presidentes dos Estados Unidos, Joe Biden, e do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, assinaram em 20 de setembro de 2023 uma parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. De acordo com matéria publicada pelo governo federal brasileiro, a parceria firmada entre os dois países deseja, “defender uma agenda de justiça e sustentabilidade na

¹¹⁵ Disponível em: <https://www.ilo.org/lisbon/temas/WCMS_650867/lang--pt/index.htm>. Acesso em 24 jan. 2024.

economia global e para garantir que o crescimento econômico não deixe ninguém para trás”¹¹⁶. A parceria tem apoio das centrais sindicais dos dois países e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dentre as metas e iniciativas traçadas destacamos: geração de mais de um milhão de empregos, recuperação real do valor do salário-mínimo, promoção da igualdade de gênero e racial, dentre outras.

4.6. Por uma nova cultura empreendedora

O empreendedorismo lidera no Brasil os espaços de discussão econômica de maneira muito consensual, desde o alto escalão dos investidores do mercado financeiro até os negócios e empreendimentos das periferias do Brasil. É preciso notar essa onda que tem seu crescimento há mais de 10 anos, e reconhecer que a ideia de empreendedorismo surge a partir de uma contra ideologia dos direitos trabalhistas. Um esforço para superar a visão de trabalho consolidada no Brasil pela CLT¹¹⁷.

O trabalho empreendedor abstém-se dos direitos trabalhistas historicamente construídos pelo movimento sindicalista. Ao empreendedor é negado seu direito de associação à entidade de classe e à direitos previdenciários e trabalhistas. Parte da ideologia meritocrática, desenvolvida no que se conhece como sociedade do desempenho¹¹⁸ em que a dignidade é alcançada está determinada pelo desempenho que o cidadão alcança no mundo do trabalho. Essa visão de distinção e exclusivismo aprofunda as desigualdades sociais, ambientais, trabalhistas...

¹¹⁶ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/brasil-e-estados-unidos-lancam-inedita-parceria-para-promover-o-trabalho-digno>

¹¹⁷ Cf. POCHMANN, Márcio. **O neocolonialismo à espreita**: mudanças estruturais na sociedade brasileira. São Paulo: Edições SESC, 2021; STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

¹¹⁸ “A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais ‘sujeitos de obediência’, mas ‘sujeitos de desempenho e produção’. São empresários de si mesmos, no lugar de ‘proibição’, ‘mandamento’ ou ‘lei’, então ‘projeto’ ou ‘iniciativa’ é ‘motivação’. A sociedade disciplinar é dominada pelo ‘não’. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, pelo contrário, gera depressivos e fracassados”; “O cansaço da sociedade do desempenho é um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando. É um cansaço que Handke, em seu ‘Ensaio sobre o cansaço’ chama de ‘cansaço dividido em dois’: ‘ambos afastaram-se inexoravelmente distantes um do outro, cada um em seu cansaço extremado, não nosso, mas o meu aqui e o teu lá’”. HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

O Papa Francisco em discurso para os jovens no encontro global *Economy Of Francesco* em Assis, apontou para a centralidade do trabalho:

“não vos esqueçais do trabalho, não vos esqueçais dos trabalhadores. O trabalho das mãos. O trabalho é agora o desafio do nosso tempo, e será ainda mais o desafio de amanhã. Sem trabalho digno e bem remunerado, os jovens não se tornam realmente adultos, as desigualdades aumentam”¹¹⁹

O *locus* do trabalho é uma questão central na economia capitalista. A garantia de direitos, renda e o desenvolvimento de tecnologias que não prescindam do humano são fundamentais para maior oxigenação da vida democrática. Em contraposição, o empreendedorismo predatório tem somente aprofundado a sociedade do descarte, que fora preconizada por Margaret Thatcher em 1987: “Mas, o que é a sociedade? Não existe essa coisa. O que existe são homens e mulheres, indivíduos, e famílias (...)”¹²⁰.

A história, entretanto, é mais do que apenas familiar, como afirmava Thatcher. É uma construção empreendida por um povo, comunidades, territórios e nações. O empreendedorismo precisa de uma inspiração que não seja a hegemônica, conduzida para o lucro-exploração/explorado e sim, por uma experiência de prosperidade coletiva e a prosperidade humana depende da prosperidade do planeta¹²¹.

A Economia de Francisco e Clara reivindica um empreendedorismo popular, solidário e ecológico. Assim, a lógica de empreender é entendida através da lógica coletiva. Sobre o lucro se desenvolve a partilha; sobre a vitória individual, sobressai o compromisso coletivo. Algumas iniciativas econômicas e ecológicas solidárias têm sido desenvolvidas nos territórios por meio da Casa de Francisco e Clara¹²²: um espaço que tem empreendido

¹¹⁹ Cf. BRASILEIRO, ob. cit., 2023, p. 307.

¹²⁰ Entrevista concedida em Downing Street, setembro de 1987, para a revista feminina “Woman’s Own”.

¹²¹ RAWORTH, Kate. **Economia Donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. São Paulo: Zahar, 2015, p. 55

¹²² As Casas de Francisco e Clara nascem da união estratégica de diversas iniciativas já experimentadas por comunidades espalhadas pelo Brasil. Esse espaço como referência é sobretudo um ambiente oferecido, que favorece a mística, a troca, o diálogo, a escuta, o planejamento e a realização de projetos de caráter socioambiental e socioeconômico que visam conceber e/ou fortalecer economias populares para melhoria das condições de vida das pessoas e comunidades alcançadas em conjunto com o cuidado e defesa da Mãe Terra.

projetos comunitários de geração de renda, de popularização de alternativas comunitárias e que possui uma germinação de um empreendedorismo para a vida; não um empreendedorismo predatório.

O empreendedorismo poderá reconstruir os direitos trabalhistas e uma nova formulação de trabalho pelo Estado brasileiro, se construída possibilidades de associação e mobilização dos trabalhadores precarizados¹²³. O precarizado, conforme aponta Braga¹²⁴, desenvolve-se nas periferias capitalistas entre a rebeldia e a organização, ainda que incipiente, mas que poderá, no próximo ciclo, categorizar-se como uma força expressiva de organização popular.

4.7. O Estado a serviço da vida

“Em primeiro lugar, começemos por reconhecer que precisamos duma mudança. Quero esclarecer, para que não haja mal-entendidos, que falo dos problemas comuns de todos os latino-americanos e, em geral, também de toda a humanidade. Problemas, que têm uma matriz global e que atualmente nenhum Estado pode resolver por si mesmo”¹²⁵.

O reconhecimento da urgência de uma nova arquitetura econômica acompanha uma nova arquitetura do Estado. Há uma falência da experiência de participação social na gestão pública empreendida no processo de redemocratização brasileira e já apresentada em análises de conjuntura anteriores¹²⁶. Os conselhos e organismos de participação social do Estado que dinamizariam e tensionariam a governabilidade a partir dos interesses populares não tem conduzido a profundas transformações socioeconômicas.

¹²³ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

¹²⁴ BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia:** trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo: Alameda, 2015.

¹²⁵ FRANCISCO, Papa. Encontro Mundial dos Movimentos Populares em Santa Cruz de La Sierra/Bolívia.

¹²⁶ Cf. O desmonte do Estado Brasileiro e o retrocesso civilizatório. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/O-DESMONTE-DO-ESTADO-BRASILEIRO-E-O-RETROCESSO-CIVILIZATORIO-maio-de-2021.pdf>>. Acesso em 27 nov. 23

A insegurança alimentar, a desigualdade de renda, a vida das pessoas abaixo da linha de pobreza no Brasil, a questão da moradia e das favelas demonstram que a superação da deterioração socioeconômica do Brasil não se dará de uma hora para outra. É necessário recolocar horizontes e apontar para um futuro de igualdade e de direitos.

Izadora Brito pontua que “é preciso fortalecer a luta pela democracia desde as cidades: nos bairros, nas escolas, nas igrejas, cooperativas, associações, organizações da sociedade civil e, também, nas universidades”¹²⁷.

O Estado brasileiro para se colocar a serviço da vida precisa superar a financeirização¹²⁸ que está dentro de sua burocracia, construindo uma perspectiva de planejamento que não varie entre governos, mas que seja um planejamento de nação¹²⁹. E, na discussão sobre o papel do Estado vale propugnar a Economia de Francisco e Clara para os municípios à luz das eleições municipais de 2024. Bragatto e Turino apontaram seis medidas que lançam horizontes para as discussões municipais: (a) Reindustrializar as cidades pela economia circular; (b) A economia do cuidado com a Casa Comum; (c) Compras públicas prioritariamente direcionadas para cooperativas e empreendimentos de economia solidária, micro e pequenas empresas; (d) Agentes comunitários para a transformação local; (e) saneamento, energia e comunicação; e (f) Transição para cidades com baixa emissão de carbono.¹³⁰

A perspectiva acima se consolida por meio de um plano de emergências populares, no qual as cidades promovam um espaço aberto para discussão democrática, a partir das comunidades periféricas, associações e organizações populares. Essa inovação na dinâmica do Estado deve ser um horizonte a ser perseguido em uma reformulação para maior participação social na gestão pública.

O desenvolvimento socioeconômico do Brasil não se manifesta espontaneamente. Ele demanda uma compreensão do contexto histórico,

¹²⁷ BRITO, Izadora. Teto, pão e renda. In: BRASILEIRO, E (org). **Realmar a Economia: A Economia de Francisco e Clara**. São Paulo: Paulus, 2023, p. 214.

¹²⁸ DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras, 2016

¹²⁹ MARINGONI, Gilberto. **A volta do Estado Planejador**. São Paulo: Contracorrente, 2021.

¹³⁰ BRAGATTO Silvana; TURINO, Célio. Cidades com alma. In BRASILEIRO, Eduardo (org.). **Realmar a Economia: a economia de Francisco e Clara**. São Paulo, Paulus, 2023, p. 169-192

social, cultural e material em que se originou. Transformações significativas nesse cenário requerem não apenas um planejamento, mas também o envolvimento ativo das instituições públicas diante dessa realidade complexa. Além disso, a participação e organização ativa da sociedade são elementos cruciais, sendo indispensáveis para pressionar, propor, monitorar e contribuir ativamente para a construção de outros modelos econômicos, sociais e ambientais.

É preciso retomar a centralidade do Estado na superação das políticas de morte do capital gerador de desigualdades. Uma política fiscal global e progressiva, que ajuste as contribuições conforme a riqueza dos mais privilegiados e as possibilidades dos diversos estratos sociais emerge como uma necessidade premente. Sem essa abordagem equitativa, restariam escassas opções para promover a justiça fiscal e a redistribuição de recursos de maneira eficaz¹³¹.

No âmbito da política monetária, a própria Teoria Monetária Moderna (MMT) apresenta debates públicos necessários, porque cabe ao Estado adotar uma política que minimize os efeitos concentradores do sistema produtivo e de geração de concentração de riqueza¹³². Está em curso uma mudança de paradigma na teoria macroeconômica contemporânea. O grande passo está na conscientização da necessidade de mudança político-econômica e que ela é possível por meio de um debate público a ser cada vez mais incentivado a partir das comunidades e periferias.

4.8. Democracia Econômica: por uma nova governança

Ladislau Dowbor afirma que o que está em questão não é a falta de recursos públicos; há diante da humanidade uma economia que produz excessos, acumula-os e descarta-os. O horizonte de uma nova governança econômica pode ser a resposta a questões concretas para a superação de problemas multidimensionais (como a fome, a precarização do trabalho e a emergência climática), que apontam somente algumas facetas da chamada

¹³¹ PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 556.

¹³² DWECK, Esther; SILVEIRA, Fernando Gaiger; ROSSI, Pedro. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther (orgs.). **Economia Para Poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018, p. 37.

policrises¹³³ e das grandes ameaças estruturais que atuam de forma sinérgica¹³⁴.

Não se trata de objetividade científica, mas de decisão política. Desde que a economia teve como precursores o progresso e a prosperidade medidos pelo PIB, o modelo de governança avançou para um ideal de crescimento baseado não no conjunto da sociedade, mas nos investimentos e na contabilidade da riqueza acumulada, o que não quer dizer partilhada. Experiências de indicadores de bem-estar e direitos da natureza têm sido produzidos para amparar uma nova governança econômica que não demandou análises econométricas complexas, uma vez que os dados são os (dados) das comunidades. No entanto, representa uma mudança política de extrema relevância: a informação agora é estruturada de maneira acessível à população, e os dados coletados estão diretamente relacionados aos aspectos mais cruciais para a qualidade de vida dos cidadãos.

Uma governança centrada no desenvolvimento territorial e não na primazia da produção e do lucro é um primeiro passo. O outro é o reconhecimento da necessidade de desenvolvimento alternativo e autogestionário, desenvolvido pela base dos cidadãos nos territórios. Não se trata de um enfraquecimento do poder do Estado. Nesse modelo demanda-se um Estado ágil e com cidadãos conscientes e participativos porque inova nas tecnologias participativas, produtivas e de inovação do trabalho e da sociabilidade.

Ademais, há que se ampliar, nessa nova governança, a transparência e a responsabilidade das autoridades e dos agentes políticos com o dinheiro público. Impressiona a falta de cuidado com os recursos orçamentários e a histórica leniência com o combate à corrupção.

Há que se construir uma cultura de responsabilidade e de responsabilização com o Orçamento Público. Em teoria, fala-se em

¹³³ Edgar Morin discorreu sobre o termo pela primeira vez na década de 1990. Depois, por ocasião da pandemia e em entrevista ao jornal *Le Monde* em 20 de abril de 2020, Morin reativou o termo atribuindo a ideia de que estaríamos vivendo uma série de crises ao mesmo tempo. “A crise da saúde desencadeou uma engrenagem de crises que se concatenaram. Essa policrise ou megacrise se estende do existencial ao político, passando pela economia, do individual ao planetário, passando pelas famílias, regiões, Estados. Em suma, um minúsculo vírus em um vilarejo ignorado na China desencadeou a perturbação de um mundo”, avaliou Morin. Cf. MORIN, Edgar. <https://ofuturodascoisas.com/bem-vindos-ao-mundo-da-policrise/>. Acesso em 27 nov. 2023.

¹³⁴ Thomas Homer-Dixon – *The Upside of Down* – Island Press, Washington, 2006, 426 p.; para uma visão de conjunto propositiva, ver o excelente Plano B 4.0 de Lester Brown, de 2010, disponível online na íntegra em http://www.worldwatch.org.br/plano_b.pdf. Acesso em 27 nov. 2023

accountability, conceito que se refere aos diversos tipos de controles institucionais que buscam efetivar a prestação de contas e eventual responsabilização dos governantes, e garante a responsabilização permanente do poder público diante da sociedade¹³⁵. A prestação de contas encerra uma dimensão política e uma dimensão legal. O aspecto político consiste na vinculação entre as políticas governamentais adotadas enquanto reflexo das preferências da coletividade, ao passo que a dimensão legal trata dos “mecanismos institucionais desenhados para assegurar que as ações de funcionários públicos estejam relacionadas a um marco legal e constitucional”¹³⁶.

A prestação de contas é um ponto de partida, mas representa mais do que isso, ligando-se à transparência como principal valor democrático:

Entende-se *accountability*, portanto, como o conjunto de obrigações envolvendo os deveres de informação e justificação imputáveis aos sujeitos políticos, o que está diretamente ligado ao principal valor democrático por aquela proporcionado, que é a transparência na atividade política.¹³⁷

Não há como possibilitar a crítica ao sistema político sem que todas as condutas públicas sejam praticadas dentro de um espectro de transparência, o que naturalmente permitirá a obtenção de dados que autorizarão conclusões acerca de determinados comportamentos, condutas e práticas, além de eventual punição com relação aos desmandos. Assim, há que se estabelecer controles permanentes, bem como novas formas de controle. Por exemplo, com relação às emendas parlamentares, dentre outros, o nível de controle é mínimo. Se não houver transparência e responsabilização com tais

¹³⁵ MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher (orgs.). **Democratic Accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 32.

¹³⁶ PERUZZOTTI, Enrique. *Accountability*. In: AVRITZER et al. (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. 2. ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 402 e ss.

¹³⁷ LORENCINI, Bruno. **A responsabilidade do poder político no estado constitucional sob o paradigma da *democratic responsiveness***. 2013, 415f. p. 209. Tese (Doutorado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca, p. 209-210.

recursos públicos, faltarão elementos para substanciar crítica, sendo certo também que haverá a abertura de flanco para a praxe de políticos e de governos totalitários.

Deste modo, há deveres inerentes à *accountability* que devem ser materializados, observando-se as seguintes características: (a) institucionalização, ou seja, indicação expressa em normas constitucionais, ordinárias ou regulamentos dos deveres relacionados à prestação de contas; (b) publicidade apta a atingir alta capacidade de difusão; (c) informação e justificativas apresentadas pelos administradores que apresentem correção de dados e objetividade, que consiste na apresentação dos dados de forma simples, clara e inteligível¹³⁸.

Sobre a importância da transparência em todas as esferas da gestão pública e sua indispensabilidade para a realização da crítica:

Para que a mídia, as organizações sociais e os partidos concorrentes possam fazer um trabalho de crítica das fontes de financiamento, tanto os dados sobre o financiamento como as decisões políticas (nomeação de cargos, aprovação de leis, aplicação de recursos orçamentários) devem ser divulgados publicamente.¹³⁹

O trabalho em rede (*web of accountability institutions*), inclusive com a participação da sociedade, tem sido responsável pelo monitoramento, investigação, persecução criminal e civil, e pela punição de alguns atos de corrupção e de improbidade administrativa¹⁴⁰. Desse modo, é imperioso que se pense o combate à corrupção por meio da integração de órgãos de controle.

¹³⁸ Id., *ibid.*

¹³⁹ SPECK, Bruno Wilhelm. O financiamento político e a corrupção no Brasil. In: BIASON, Rita de Cássia (org.). **Temas de corrupção política**. São Paulo: Balão Editorial, 2012, p. 180.

¹⁴⁰ ARANTES, Rogério Bastos; LOUREIRO, Maria Rita; COUTO, Cláudio; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. In: LOUREIRO, Maria Rita, ABRUCIO, Fernando e; PACHECO, Regina. **Burocracia e Política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 105.

Além da pluralidade de fontes que permitam o cruzamento de informações, cada órgão, dentro de sua esfera de atuação, dispõe de conhecimentos técnicos específicos indispensáveis à identificação de delitos relacionados à corrupção e ao crime organizado. Os órgãos de controle demandam, necessariamente, uma *expertise*, que representa a especialização no domínio dos conhecimentos envolvidos¹⁴¹, explícitos sobre a estrutura organizacional de uma determinada atividade. Porém, no setor público é ainda necessário o conhecimento estratégico, que consiste na ciência sobre a disposição do poder e os recursos disponíveis aos setores da organização.

Nesse sentido, há que se ter um grau maior de controle, responsabilidade e responsabilização, de agentes políticos, como os parlamentares, que dispõem do bônus da gestão de emendas parlamentares, sem o ônus do controle sobre estes recursos recair sobre a sua pessoa, nem direta nem indiretamente.

5. BANDEIRAS E SINAIS DE ESPERANÇA

Em um contexto pastoral, o Papa Francisco nos oferece a sua percepção de um mal que assola a humanidade: a cultura da indiferença!¹⁴² O poeta Mario Quintana, afirma que “O que mata um jardim não é o abandono. O que mata um jardim é esse olhar de quem por ele passa indiferente... E assim é com a vida, você mata os sonhos que finge não ver”.¹⁴³

¹⁴¹ SANCHEZ, Oscar Adolfo; ARAÚJO, Marcelo. A Controladoria como um modelo integrado de controle para as organizações do setor público. In: BIASON, 2012, ob. cit., p. 183-184: “O conhecimento explícito permite entender o funcionamento da organização, os procedimentos e suas etapas, a área de atuação, os produtos e serviços oferecidos, o ambiente, as pessoas e o que estiver relacionado ao corpo organizacional”.

¹⁴² “O oposto mais cotidiano ao amor de Deus, à compaixão de Deus, é a indiferença: a indiferença. ‘Eu estou satisfeito, não me falta nada. Tenho tudo, assegurei esta vida, e também a eterna, porque vou à Missa todos os domingos, sou um bom cristão’. ‘Mas, saindo do restaurante, eu olho para outra parte’. Pensemos: este Deus que dá o primeiro passo, que tem compaixão, que tem misericórdia, e tantas vezes nós, o nosso comportamento é a indiferença. Rezemos ao Senhor para que cure a humanidade, começando por nós: que o meu coração seja curado dessa doença que é a cultura da indiferença”. FRANCISCO, Papa. Homilia na Santa Marta: a cultura da indiferença é o oposto do amor de Deus. 8 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa-francisco/missa-santa-marta/2019-01/papa-santa-marta-cultura-indiferenca-oposto-amor-de-deus.html>>. Acesso em 24 de jan. 2024.

¹⁴³ QUINTANA, Mário. Trecho do poema “Jardim interior”. **Quintana de bolso**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

É muito provável que as bandeiras aqui sugeridas, por si só, sejam um sinal de esperança, afinal falar de futuro em um quadro de tanta desordem e de muitas dificuldades da maior parte da população, tanto no Brasil, como no mundo, é tecer uma teia esperançosa. Ainda na percepção do Papa Francisco, enfrentar a indiferença com esperança é fruto da compaixão¹⁴⁴.

Na sua última exortação apostólica, no seu magistério, Francisco nos estimula a efetuar mudanças: “Devemos superar a lógica de nos apresentarmos sensíveis ao problema e, ao mesmo tempo, não termos a coragem de efetuar mudanças substanciais”¹⁴⁵. Assim, a lista de bandeiras para uma nova economia, uma economia mais próxima dos sonhos, que contrarie ao paradigma tecnocrático, e afirme que o mundo que nos rodeia não é um objeto de exploração, utilização desenfreada ou ambição sem limites¹⁴⁶ e que merece se construir a partir de aspectos muito concretos, a seguir apresentados, não como a verdade, mas como um diálogo.

5.1. Renda Básica Universal

Dada a realidade social grave vigente na maioria dos países do mundo – inclusive na parte que se considera desenvolvida – vem se ampliando, internacionalmente o debate em torno da implementação pelos governos de política que entregue uma quantia a ser paga em dinheiro a cada cidadão pertencente a uma nação ou região, com o objetivo de propiciar a todos a garantia de satisfação de suas necessidades básicas. Isso, sem qualquer exigência previamente estabelecida. É chamada “renda básica universal”¹⁴⁷.

¹⁴⁴ O Pontífice falou da passagem do Evangelho de Marcos sobre a multiplicação dos pães e dos peixes. “Por que Deus fez isso?”, perguntou. Por “compaixão”. A compaixão da grande multidão de pessoas que vê descendo do barco, às margens do Lago de Tiberíades, porque estavam sozinhas, sublinhou o Papa Francisco: “Eram como ovelhas que não têm pastor”. E completou: “O coração de Deus, o coração de Jesus se comove, e vê, vê aquelas pessoas, e não pode ficar indiferente. O amor é inquieto. O amor não tolera a indiferença. O amor tem compaixão. Mas compaixão significa colocar o coração em risco; significa misericórdia. Jogar o próprio coração para os outros: isso é amor. O amor é colocar o coração em risco para os outros”. Idem, FRANCISCO, Papa. Homilia na Santa Marta: a cultura da indiferença é o oposto do amor de Deus. 8 de janeiro de 2019.

¹⁴⁵ FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Laudate Deum** (LD). Vaticano, 2023, n. 56. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html>.

Acesso em 27 dez. 2023.

¹⁴⁶ Idem, LD, n. 25.

¹⁴⁷ AMADEO, Kimberly. What Is Universal Basic Income? **The Balance**, 19 ago. 2021, Disponível em: <<https://www.thebalance.com/universal-basic-income-4160668>>. Acesso em 24 jan. 2024.

Esta proposta tem séculos de debate, provocado, em especial, pelos humanistas. Embora a ideia de uma proteção mínima e universal não seja nova, as experiências com essa política pública são recentes. A partir dos anos 80, o conceito foi sobretudo defendido na Europa através da criação, em 1986, do BIEN (*Basic Income European Network*). Mais recentemente, o conceito de rendimento de cidadania, foi apresentado em Portugal (Plano C, de 2010) como novo paradigma do Estado de bem-estar social na Europa, em que a existência ativa da pessoa humana justifica o direito a um rendimento desde que a pessoa cumpra deveres de cidadania.¹⁴⁸

Mas há resistências à esta proposta. Estudos internacionais, ao analisar a renda básica universal, demonstram como “além de ser caro, esse programa gera impactos socioeconômicos muito pequenos”. Na Suíça, há alguns anos, houve um plebiscito para aprovar a Renda Mínima que substituiria outros subsídios e seria distribuído para todos os cidadãos e residentes no país e 77% votaram “não”. Mas o debate sempre volta, agora seus defensores alertando para a crise do mercado de trabalho associada à era digital.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 deu respaldo à montagem do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) à semelhança do internacionalmente reconhecido SUS (Sistema Único de Saúde). A partir daí, políticas de distribuição de renda monetária para públicos selecionados tem se firmado no país (merecendo destaque pela amplitude dos beneficiários o Programa Bolsa Família – PBF e o Benefício de Prestação Continuada – BPC). A montagem de um Cadastro Único de beneficiários de programas assistenciais é um avanço importante dado o tamanho da população brasileira. São ensaios na direção da Renda Básica Universal, mas ainda focado em famílias com baixo nível de renda ou portadores de dificuldades para se manter por sua própria conta. Para os assalariados existe o seguro desemprego e o salário família.

Mas a Renda Básica Universal é proposta mais ousada. Ela vem sendo discutida há tempo no mundo e no país. No Brasil, um de seus formuladores e defensores mais reconhecidos é Eduardo Suplicy, ex-Senador e hoje *deputado estadual em São Paulo pelo PT e presidente de honra da Rede*

¹⁴⁸ VEGA, Miguel Ángel García. **Renda básica universal**: a última fronteira do Estado de bem-estar social. El País, 18 jun. 2018, Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia/1529054985_121637.html>. Acesso em 24 jan. 2024.

*Brasileira da Renda Básica.*¹⁴⁹ Quando Senador, ele propôs e foi aprovada Lei que permite que a Renda Básica universal seja instituída por etapas¹⁵⁰.

A conjuntura brasileira reforça tal proposta, que vem tendendo a ganhar adeptos, inclusive nos seus modelos de financiamento. Segundo a pesquisa *Nós e a Desigualdade*, realizada pela Oxfam em parceria com o Datafolha em 2022, 96% dos brasileiros entendem que o país deve garantir os recursos necessários para as transferências de renda. Há também um forte apoio, na casa de 56%, ao aumento da tributação em geral para se financiar políticas sociais. A pesquisa registra, ainda, um apoio massivo, de 85%, no aumento de impostos aos mais ricos desde que aplicados nas áreas sociais.

5.2. Acesso universal e gratuito às políticas sociais

Há 75 anos era aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhecendo nela a preservação da dignidade e do valor da pessoa humana. Seus princípios nortearam as constituições de muitos países, inclusive as brasileiras, tanto que a Constituição Federal de 1988 estabelece, em diversos artigos, direitos universais da população brasileira. Já em seu início, no Artigo 6º do Capítulo II Dos Direitos Sociais, estabelece que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. No Artigo 23 define que é competência comum das três esferas de governo “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”. O Artigo 194, que trata da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), define que compete ao poder público organizá-la com base no princípio da universalidade da cobertura e do atendimento¹⁵¹.

As políticas públicas sociais buscam promover a realização dos direitos constitucionais a todos os indivíduos da sociedade e para tanto, não pode

¹⁴⁹ [SUPLICY, Eduardo. Renda da Cidadania: a saída é pela porta](#). Cortez Editora e Fundação Perseu Abramo. 7ª Edição, 2022.

¹⁵⁰ *Lei 10.835 de janeiro de 2004.*

¹⁵¹ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>.

condicioná-las a características pessoais que diferenciam as posições ocupadas por cada um nas relações sociais. No mundo atual, dominado pelo pensamento econômico neoliberal, há forte pressão para redução da participação do Estado no processo de produção e distribuição dos bens e serviços gerados na economia, incluindo os produtos e serviços de cunho social, como educação, saúde, previdência, cultura, segurança e outros historicamente providos pelo setor público, como forma de assegurar os direitos básicos dos cidadãos.

Entretanto, legar ao setor privado a oferta desses serviços, necessariamente implica transformar os direitos em necessidades a serem satisfeitas com o consumo dos serviços oferecidos por esse setor. Ocorre que, uma vez oferecidos por empresas privadas, esses serviços se transformam em mercadorias cujo acesso só pode ser efetivado por meio de sua aquisição. O princípio básico dos bens e serviços privados é que eles apresentam rivalidade e excludência. Rival pois seu consumo impede que outro indivíduo o consuma e excludente, pois só tem acesso a ele que puder comprá-lo. Já os bens e serviços públicos não são excludentes, assegurando assim seu caráter de acesso universal. Como a rivalidade se mantém, dada a dificuldade de disponibilidade de recursos para atendimento a todos simultaneamente, eles podem até serem cobrados, mas essa cobrança não pode se caracterizar como uma condição que impeça o acesso a eles, sob pena de impedir o exercício do direito.

Por essas razões, qualquer sugestão de retirar do Estado a função de atender os direitos básicos da sociedade não deve prosperar. As políticas públicas sociais só fazem sentido se forem universais e com acesso não condicionado, pois caso contrário os direitos sociais deixam de existir e elas deixam de executar a sua razão primeira de existência e assegurar esses direitos é incompatível com os objetivos imediatos da atuação privada na produção e oferta de bens e serviços à sociedade.

5.3. Educação Econômica

“E por que não sei eu finanças? Porque, ao lado dos dotes nativos com que aprouve ao céu distinguir-me entre os homens, não possuo a ciência financeira? Por que ignoro eu a teoria do imposto, a lei do câmbio, e mal distingo dez mil-réis de

dez tostões? Nos bondes é que me sinto vexado. Há sempre três e quatro pessoas (principalmente agora) que tratam das coisas financeiras e econômicas, e das causas das coisas, com tal ardor e autoridade, que me oprimem. É então que eu leio algum jornal, se o levo, ou roo as unhas, — vício dispensável; mas antes vicioso que ignorante. Quando não tenho jornal, nem unhas, atiro-me às tabuletas. Miro ostensivamente as tabuletas, como quem estuda o comércio e a indústria, a pintura e a ortografia. E não é novo este meu costume, em casos de aperto. Foi assim que um dia, há anos, não me lembra em que loja, nem em que rua, achei uma tabuleta que dizia: **Ao Planeta do Destino**. Intencionalmente obscuro, este título era uma nova edição da esfinge. Pensei nele, estudei-o, e não podia dar com o sentido, até que me lembrou virá-lo do avesso: **Ao Destino do Planeta**. Vi logo que, assim virado, tinha mais senso; porque, em suma, pode admitir-se um destino ao planeta em que pisamos... Talvez a ciência econômica e financeira seja isto mesmo, o avesso do que dizem os discutidores de bondes. Quantas verdades escondidas em frases trocadas! Quanto fiz esta reflexão, exultei." (Machado de Assis)¹⁵²

É evidente a grande quantidade de informações econômicas disponíveis diariamente nos meios de comunicação. Seja nos jornais, nos telejornais, nos sites da internet ou nas redes sociais, o noticiário econômico costuma ter grande destaque e ocupar boa parte do espaço e do tempo disponíveis. Não há dúvidas que as informações sobre o estado da economia estão disponíveis e acessíveis a grande parte da população. E, também, não há dúvidas de que o que acontece no campo econômico tem profundo impacto sobre a vida e o destino das pessoas.

O problema é que, embora reconheçam essa importância, a maioria das pessoas não tem a menor ideia do que significam ou de que forma podem afetar o seu dia a dia ou a sua vida no longo prazo. São informações sem significado que não se transformam em conhecimento útil.

Para compensar, é comum vermos veículos de comunicação apresentarem "comentadores" que, de alguma forma, procuram "traduzir" os conceitos e os fatos econômicos aos leigos, em linguagem acessível e, na

¹⁵² ASSIS, Machado de. *Obra Completa em quatro volumes, volume 4*. Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 2008, p. 911.

maioria das vezes, mesclados de juízos de valor, enfatizando o que é “bom” e “certo” ou o que não está correto e, portanto, não deveria ser feito. E assim, medidas, políticas e governos são julgados diariamente, em nome de uma pretensa neutralidade da Ciência Econômica e de seus postulados.

Mas, como diz um velho provérbio italiano, toda tradução é uma traição¹⁵³. Mesmo se o tradutor estivesse imbuído em oferecer uma versão desprovida de vícios, imprecisões e incorreções, existem obstáculos muitas vezes intransponíveis na adaptação de um idioma a outro. Assim é com a Economia. E não apenas por conta dos poderosos interesses que estão em jogo a cada medida econômica anunciada, mas também por causa das intransponíveis divergências teóricas que caracterizam as diferentes correntes do pensamento econômico. E quase sempre uma teoria econômica é chamada para justificar medidas que fundamentalmente visam apenas atender aos interesses dos grupos hegemônicos, mas que, nas palavras de um economista bem-vestido e bem-falante, se travestem em uma busca do bem comum ou no atendimento de uma certa neutralidade e racionalidade científica.

Assim, ajuste fiscal, superávit primário, livre mercado, Estado mínimo, taxas de juros elevadas, privatizações *etc.*, vão se tornando verdades absolutas, cientificamente comprovadas e moralmente corretas. Na construção dessa narrativa, ciência e ideologia¹⁵⁴ se confundem, os fatos são desconsiderados e tudo se reduz a pura argumentação retórica, que acaba por permitir que os ricos se tornem ainda mais ricos e por convencer os pobres de que a única saída para a crise é a redução de seus direitos e de seus rendimentos.

Por isso é fundamental aprender Economia. As ideias predominantes de uma época são aquelas que tanto o povo como os governos seguem. É dessa forma que as ideias ajudam a moldar a própria história. Aquilo que as pessoas acreditam acerca do poder do mercado ou dos perigos do Estado tem muita influência sobre as leis que elas promulgam ou deixam de promulgar e sobre o que pedem ao governo ou atribuem às forças do mercado. Por isso a importância de aprender e de debater Economia.

¹⁵³ “Traduttore, traditore”.

¹⁵⁴ Disponível em: <<https://sengerj.org.br/belluzzo-alerta-para-a-urgencia-da-superacao-da-ideologia-fracassada-da-economia-gerida-pelo-mercado/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

Se é certo que podemos responsabilizar a Economia por grande parte das mazelas que afligem nosso povo, também é certo que somente a transformação e o desenvolvimento da Economia podem garantir uma vida melhor para nossa população. Todos os sonhos de uma vida melhor, com mais conforto, segurança e esperança somente serão realidade a partir da transformação das forças produtivas e das relações sociais delas decorrentes. Somente a Economia pode construir e sustentar materialmente as utopias. É, portanto, fundamental aprender e entender uma outra Economia.

Nesse sentido, iniciativas que procuram ensinar e divulgar uma Economia solidária e participativa, à luz dos conceitos e valores propostos pelo Papa Francisco devem ser divulgadas e fomentadas, inclusive com o apoio das universidades católicas¹⁵⁵. Para que se possa efetivamente realmar a Economia é fundamental que as pessoas se apropriem dos conceitos fundamentais da ciência econômica, sem medo e com a inclusão de todos, como uma das grandes questões contemporâneas. Que sejam capazes de atribuir significado às informações econômicas, que possam escolher de forma consciente sobre os riscos e oportunidades que se apresentam, que saibam fazer a gestão de suas finanças pessoais e que possam, assim, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

5.4. Defesa da Democracia e de suas instituições

Em uma democracia constitucional, as Políticas Públicas representam a ação do estado frente à necessidade dos indivíduos um sistema de direitos e garantias que sozinho o indivíduo não seria capaz de obter. Assim, como em uma construção que enfrenta constantes reparos e manutenções para a conservação do alicerce, para evitar o ruir das estruturas e o desmoronamento do teto sob a cabeça de todos, o mesmo cuidado deve se tomar com a democracia, uma vez que suas estruturas são diariamente

¹⁵⁵ “Em uma época de grande fragmentação, devemos ter a audácia de ir contra a maré, globalizando a esperança, a unidade e a concórdia, em vez da indiferença, das polarizações e dos conflitos”. FRANCISCO, Papa. Encontro com representantes da Federação Internacional de Universidades Católicas (FIUC). Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-01/papa-francisco-fiuc-neutralidade-uma-ilusao.html>>. Acesso em 24 jan. 2024.

atacadas e a sua saúde é fragilizada cada vez mais por discursos que colocam o povo contra o sistema democrático.

Em nossa história, atentados contra a democracia são revestidos de discursos “legalistas” para evitar o “comunismo”, que vão desde a vandalização dos prédios públicos onde funcionam as sedes dos poderes constituídos, como se viu na tentativa de golpe de janeiro de 2023, até sua forma mais brutal, com foi o golpe civil-militar de 1964, ruptura responsável por ceifar a vida e pelo desaparecimento de centenas de brasileiros, se considerarmos os registros oficiais. Conforme o relatório final da Comissão Nacional da Verdade¹⁵⁶, se incluirmos os ataques aos povos indígenas e a relação dos mortos pela Comissão Camponesa da Verdade, os números sobem para milhares de mortos e desaparecidos.

A verdade é que os eleitores estão cada vez mais desacreditados da política e do que ela gerou. Segundo o cientista político Álvaro Moisés, em uma análise sobre a qualidade da democracia: “os cidadãos não se sentem representados, desconfiam dos políticos e de instituições como o Parlamento e os partidos”¹⁵⁷. O fruto disso é uma crise de legitimidade que é estendida e recai no aspecto mais frágil da democracia: as instituições democráticas. É a partir dessa anomia que surge o grande “salvador” com a cura milagrosa mostrando o diagnóstico e o grande responsável por aquela situação. É neste momento que são criados os discursos de ódio e aqueles que causam erosão da democracia.

A resposta do Supremo Tribunal Federal e dos demais poderes reportam um conjunto de iniciativas, medidas e interpretações da lei visando construir mecanismos para defender o Estado Democrático de Direito, e consolidou um nova face institucional denominada democracia defensiva, que visa repelir e inviabilizar grupos antidemocráticos e de

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em 24 jan. 2024.

¹⁵⁷ ALVARO, Moisés. **Jornal da USP. A crise no sistema político brasileiro é uma realidade que afeta a qualidade da democracia.** Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/a-crise-no-sistema-politico-brasileiro-e-uma-realidade-que-afeta-a-qualidade-da-democracia/>>. Acesso em 25 out. 2023.

inspiração autoritária¹⁵⁸.

As origens das primeiras formulações sobre uma democracia militante repousam do final do século XX, em decorrência das duas guerras mundiais e do colapso de vários governos democráticos em detrimento a regimes iliberais. Nesse contexto, é importante anotar as mudanças institucionais, como a edição da Lei Federal nº 14.197, de 1º de setembro de 2021 (Lei de Defesa do Estado Democrático)¹⁵⁹. Além destes dispositivos legais, as investigações e denúncias do Ministério Público Federal também relacionou contra os manifestantes presos muitos crimes¹⁶⁰.

A implantação no Brasil de uma jurisdição defensiva não pode significar o enfraquecimento dos órgãos de controle, como o Ministério Público e do poderes legislativo e executivo em suas atribuições típicas e fundamentais expressas na Constituição. Sem falar do devido processo legal que garante direitos e garantias fundamentais que são cláusulas pétreas.

Qual a relação de uma democracia e instituições republicanas e uma outra economia? É que apenas em um campo democrático uma

¹⁵⁸ Conforme relata Tarcila Fernandes, em seu ensaio “Democracia defensiva: origens, conceito e aplicação prática”: “O grande expoente da teoria da democracia de militância foi o constitucionalista alemão Loewenstein (1937), o qual defendia que não deveriam sequer participar da competição política os partidos políticos que não se coadunassem com o regime democrático”. Cf. FERNANDES, Tarsila Ribeiro Marques. Democracia defensiva: origens, conceito e aplicação prática. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 230, p. 133-147, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/230/ril_v58_n230_p133>. Acesso em 25 out. 2023.

¹⁵⁹ Incluiu no Código Penal brasileiro o Título XII, versando sobre os “Crimes contra o Estado Democrático de Direito”, e revogou expressamente a polêmica Lei Federal nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional): DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS - Abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Art. 359-L. Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência. Golpe de Estado - Art. 359-M. Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência. DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PROCESSO ELEITORAL Interrupção do processo eleitoral - Art. 359-N. Impedir ou perturbar a eleição ou a aferição de seu resultado, mediante violação indevida de mecanismos de segurança do sistema eletrônico de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

¹⁶⁰ Dano ao Patrimônio Público da União – Crime qualificado. Pena: Detenção de seis meses a três anos e multa, além da pena correspondente à violência; *Crimes contra o Patrimônio Cultural* – Destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial. Pena: Reclusão de um a três anos e multa; *Associação criminosa* – Associarem-se três ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes. Pena: Reclusão de um a três anos (pena aumenta se a associação é armada);

economia solidária pode prosperar. É que ela pressupõe uma forma de organização econômica que adota “os valores de democracia levados às últimas consequências dentro da área econômica”. De que todos são iguais, todos têm o mesmo poder de decisão, ... “todos votam por igual e as pessoas que os representam tem que se submeter à sua vontade senão são substituídas e são eleitas outras”¹⁶¹.

5.5. Transição ecológica e popular

O reconhecimento de estar numa época de transição não quer dizer que estamos a favor dos interesses do conjunto da sociedade global. Uma transição ecocida¹⁶² cujos aspectos são a retomada de uma economia de concentração, baseada na extração dos recursos naturais e na exploração do humano, na lógica da competitividade, do desempenho e do cansaço¹⁶³ deve ser objeto de questionamento e enfrentamento.

No Brasil, de forma alvissareira, observam-se muitas iniciativas de ciclos de cooperação e transição produzidos por comunidades, entidades, movimentos populares e até comunidades de fé. Espaços que estão absorvendo a leitura crítica da realidade neoliberal, nutrindo práticas de economias alternativas e culminando em processos de aprendizagem e diálogos de saberes. Espaços que priorizam a compreensão do potencial cultural como promotor de desenvolvimento, considerando a conservação, o extrativismo e a valorização da biodiversidade, o protagonismo das juventudes, o cuidado dos biomas e das águas. A transição é socioecológica e envolve encontros com as realidades e o fomento a novos areópagos.

A fraternidade é a aposta de transição econômica do Papa Francisco. Durante o II Encontro Mundial dos Movimentos Populares em Diálogo com o Papa¹⁶⁴, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, o Papa Francisco convidou o mundo a olhar a resistência e alternativas que estes movimentos cultivam:

¹⁶¹ Cf. SINGER, Paul. **Economia solidária: possibilidades e desafios**. Disponível em: [http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/PaulSinger_port\(1\).pdf](http://www.logolinkla.org/conteudos/documentos/PaulSinger_port(1).pdf). Acessado em 18 jan. 2024.

¹⁶² WITHE, David. **Ecocide: Kill The Corporation Before It Kills Us**. Manchester University Press. 2020

¹⁶³ A expressão “sociedade do desempenho e do cansaço” deriva do pensamento, aqui já citado, por HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

¹⁶⁴ Encontro Mundial dos Movimentos Populares em Diálogo com o Papa. Cf. AQUINO JUNIOR; ABDALLA; SÁVIO, 2018

“Apesar desta cultura do descarte, desta cultura do excesso, muitos de vocês, trabalhadores que ficam de fora e considerados dispensáveis neste sistema, inventaram o seu próprio trabalho, usando aqueles coisas que não pareciam mais utilizáveis; mas com o vosso artesanato, que foi vos dado por Deus, com a vossa pesquisa, com a sua solidariedade, com o seu trabalho em comum, com a sua economia popular, vocês conseguiram e estão conseguindo... E, deixe-me dizer, além do trabalho, isso é poesia!”¹⁶⁵

A transição, portanto, anuncia nova racionalidade econômica, por meio da produção territorial e ecológica. Dito de outra forma, a transição não pode ser uma transação! Territórios como espaços de diálogos e convergências entre organizações e grupos diversos que se interessam por uma retomada de processos políticos de mobilização popular.

A ecologia como vertente para a transição de energias renováveis para a governança das águas e para a transformação do setor industrial priorizam uma forma de racionalidade territorial ligada à cooperação econômica, ao desenvolvimento de tecnologias sociais, à circulação de experiências produtivas colaborativas, apontando para uma transição efetiva e aliada à ecologia¹⁶⁶. Esse novo paradigma apresenta uma possibilidade de confronto das desigualdades por meio da emancipação popular como um processo contínuo e perene a mobilizar as energias territoriais.

5.6. Responsabilidade e responsabilização com as emendas parlamentares

¹⁶⁵ FRANCISCO, Papa. **Encontro Mundial dos Movimentos Populares**, Vaticano: Santa Sé, 2014: Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html Acesso em: 31 out. 2023

¹⁶⁶ SANTOS, Boaventura de S. **A Práxis da Ecologia de Saberes**: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. In: **Tempus**, atas de saúde coletiva, Brasília, 8(2), 331-338, jun., 2014. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aauid:sc:VA6C2:8d2a54b8-71ef-4046-b7a9-3062df9a67af> Acesso em: 27 nov. 2023.

Outra bandeira que merece uma profunda reflexão é aumentar os níveis de controle, responsabilidade e responsabilização (*accountability*) com os agentes públicos que decidem sobre o Orçamento Público. Os que estão no Poder Executivo já têm um conjunto de normas e órgãos de controle, que, mal ou bem, exercem uma fiscalização. Quem está de fora? Os parlamentares que, cada vez mais, têm decidido sobre o destino e gestão desses importantes recursos públicos.

Quem decide sobre emenda parlamentar tem a obrigação, moral e ética, de responder sobre o uso deles. Mas é hora de responder também civil, administrativa e penalmente, não numa cultura punitivista, mas em um processo educativo e de controle, como forma de garantir que estes recursos sejam mais bem aplicados. Para tanto, como sempre, em países institucionalizados, o caminho é a mudança legislativa, que deve ocorrer, como sugestão, resultado de um processo de lei de iniciativa popular a ser submetido ao Congresso Nacional.

A Igreja Católica no Brasil tem muita experiência em leis de iniciativa popular. Há duas muito importantes que nasceram *intra ecclesiae* e que foram assumidas por grande parte da sociedade brasileira: a Lei nº 9.840/1999 (“Lei contra a compra de votos”¹⁶⁷) e a Lei Complementar nº 135/2010 (“Lei da Ficha Limpa”¹⁶⁸). Mas elas não nascem sem discernimento e sem muito diálogo. E tal mobilização ajuda a construir consensos e perspectivas de aprovação, além de educação popular.

¹⁶⁷ O projeto de iniciativa popular começou com o lançamento do Projeto “Combatendo a corrupção eleitoral”, do grupo Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), organismo vinculado à CNBB, em fevereiro de 1997. O objetivo da comissão era coibir o crime de compra de votos, crime que ainda era muito praticado no país inteiro, através da cassação de mandato do condenado e pagamento de multa. Assim, elaboraram um projeto que modificava duas leis: a Lei 9.504/97, que dispõe sobre as eleições para todos os mandatos, de vereador a presidente da República; e o Código Eleitoral. Após mais de um ano de pesquisas, preparação técnica e divulgação, o projeto foi trazido ao público. Trinta e duas entidades apoiaram e ajudaram a CBJP a alcançar 1,06 milhão de assinaturas, que era a quantidade necessária na época para poder apresentar o projeto à Câmara Federal. A tramitação foi rápida e, em 1999, o projeto foi promulgado. Disponível em: <<https://www.mcce.org.br/leis/lei-984099-lei-contr-a-compra-de-votos/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

¹⁶⁸ Esta iniciativa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, organismo fundado pela CNBB, até hoje com a presença de representante em sua direção, propôs que se tornam inelegíveis para cargos eletivos pessoas que no passado tenham cometido algum crime de natureza eleitoral ou alguma outra infração relacionada ao seu mandato, ou ainda ao exercício de algumas funções públicas. Assim, cria-se um sistema simples: quem não tem qualquer condenação passada ou é suspeito de ter cometido algum crime ou infração, é “ficha limpa”. Do contrário, a pessoa é considerada “ficha suja” e não pode participar das eleições nos próximos oito anos. A lei buscou cumprir o que estava disposto no parágrafo 9º do artigo 14 da Constituição, estabelecendo, através de uma lei complementar, os casos em que uma pessoa se torna inelegível para um mandato político. Disponível em: <<https://www.mcce.org.br/leis/lei-complementar-1352010-lei-da-ficha-limpa/>>. Acesso em 24 jan. 2024.

É justo e necessário que os agentes públicos sejam parte da cadeia de responsabilização dos recursos contidos no Orçamento Público e por eles decidido, de forma solidária e subsidiária, para que todos os elos dessa corrente decisória tenham o mesmo controle. O Orçamento Público já foi objeto de muitas crises sobre a sua utilização, que não se pode mais permitir que se tenha uma zona cinzenta sobre o controle desta parcela tão importante do seu uso, o que vai aumentar os cuidados dos próprios parlamentares com a execução orçamentária.

5.7. Esperançar

A esperança tem muitos nomes. Em torno de uma ética da justa medida, tanto no nível pessoal como no comunitário, na política e na economia, na educação e na espiritualidade, há um caminho que pode nos iluminar, como Igreja e como povo, em busca da esperança. Chamados a viver o dom de Deus, com a nossa esperança e os nossos tesouros transportados em “vasos de barro”¹⁶⁹, é necessário coragem e paciência para reanimar a economia, e ao mesmo tempo, reencantar a política.

A conjuntura deste começo de 2024 não é simples. Pode-se discutir muitas outras questões econômicas, sociais e políticas. A escolha do texto recaiu em uma forma distinta de construção e em uma fórmula que permitisse articular nossos trajetos estruturais com momentos conjunturais, em torno de um fio de olhar, a se oferecer adiante, com a alegria de se saber incompleto e frágil. Aliás, com São Paulo, que rezou ao Senhor por três vezes para que retirasse de sua carne o espinho¹⁷⁰, em vão, e soube da Resposta pela graça de sentir força a partir da fraqueza¹⁷¹.

Há a economia. E há uma outra economia possível. Com mais humanismo, responsabilidade e cuidado com a Casa Comum. Uma coisa nova¹⁷² e que pode ser fonte de esperança.

¹⁶⁹ 2 Cor 4:7.

¹⁷⁰ 2 Cor 12:8.

¹⁷¹ 2 Cor 12:9.

¹⁷² Is, 43, 19.